

# **Redes agroalimentares alternativas e suas implicações para a política social: as motivações dos consumidores das Comunidades que Sustentam a Agricultura no Brasil.**

**Ana Paula Piedade Pedrosa**

**Orientadora: Professora Doutora Romana do Carmo Lança Xerez**

Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Política Social

Lisboa  
2019

[WWW.ISCSP.U LISBOA.PT](http://WWW.ISCSP.U LISBOA.PT)

# Redes agroalimentares alternativas e suas implicações para a política social: as motivações dos consumidores das Comunidades que Sustentam a Agricultura no Brasil.

***Ana Paula Piedade Pedrosa***

*Orientadora: Professora Doutora Romana do Carmo Lança Xerez*

Dissertação (ou Trabalho de Projeto ou Relatório) para obtenção de grau de Mestre  
em Política Social

Júri:

Presidente:

- Doutora Carla Cristina Graça Pinto, Professora Associada do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;

Vogais:

- Doutora Romana do Carmo Lança Xerez, Professora Auxiliar do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, na qualidade de orientadora;

- Doutora Ana Cláudia Gaspar Esgaio, Professora Auxiliar Convidada do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

*Lisboa*

*2019*

O problema da fome mundial não é, por conseguinte, um problema de limitação da produção por coerção das forças naturais; é antes um problema de distribuição (Castro, 1959, p. 62)<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Josué de Castro foi médico, professor, geógrafo, sociólogo e político e fez da luta contra fome sua vida. Autor de inúmeras icônicas obras, revolucionou com conceitos sobre desenvolvimento sustentável e estudou a fundo as injustiças sociais causadoras da miséria, principalmente no Brasil. Sua obra mais conhecida e a que será usada como bibliografia desse trabalho é a *Geopolítica da Fome*.

## **Agradecimentos**

Não poderia iniciar sem agradecer aos protagonistas desse trabalho: àqueles que se disponibilizaram voluntariamente para conversar por Skype com alguém que não conheciam, àqueles que compartilharam minha busca por coagricultores para participarem da pesquisa em redes sociais, àqueles que decidem comer de forma responsável, a todos que de alguma forma facilitaram meu encontro com os 11 entrevistados desse trabalho. Ao final das entrevistas eu havia aprendido tanto e ouvido tantas reflexões diferentes, que só confirmam meu papel como mera canalizadora de ideias e vozes. Um agradecimento especial a Rede CSA Brasília e ao seu Conselho de Ciência e Saberes, que ao me acolherem na figura do Carlos Zanetti, me encheram de boas informações e indagações que me ajudaram a definir o rumo desse trabalho.

A Romana do Carmo Lança Xerez, gostaria de agradecer não apenas pela orientação a essa trabalho, mas principalmente por ter acolhido de forma tão profissional e entusiasmada, o que no início se mostrava um desafio maior do que apresentou, a ideia de discutir os impactos de inovações sociais relacionadas à alimentação nas políticas sociais. Um agradecimento especial ao ISCSP, a todos os professores e colegas do Mestrado em Política Social, que de alguma forma me guiaram e me acompanharam até a conclusão desse trabalho.

Ao Ministério do Desenvolvimento Social, atual Ministério da Cidadania, agradeço a oportunidade de cursar esse mestrado. Que possamos estender os programas de capacitação a mais servidores, ampliando a aproximação dos conhecimentos acadêmicos às práticas do Estado. Aos amigos de Ministério e da carreira de Analista Técnico em Políticas Sociais que me acompanharam durante a preparação para esse mestrado, obrigada por me encorajarem e pela torcida durante todo o processo. Volto com saudade e sensação de dever bem cumprido.

A Carla eu só posso agradecer por tudo!

## **Resumo**

Este trabalho abordará a Comunidade que Sustenta a Agricultura – CSA, tecnologia social em que consumidores tornam-se coagricultores ao financiarem a produção de um agricultor local, compartilhando os riscos da produção de alimentos limpos. O objetivo da pesquisa é compreender as motivações dos consumidores ao aderirem a CSA e as implicações dessa participação para as políticas sociais. Utilizando-se de métodos qualitativos, foram realizadas 11 entrevistas semiestruturadas com coagricultores participantes de CSAs de Brasília/DF por meio de plataformas digitais. Os resultados indicam que iniciativas alternativas ligadas ao consumo e produção de bens alimentares podem criar mercados mais justos, impactar diretamente na segurança alimentar e nutricional – SAN da comunidade e atuar como um movimento de resistência ao modo convencional de produção e acesso a alimentos. Também contribuem para o desenvolvimento sustentável ao atenderem às particularidades de cada território, fortalecendo a comunidade. Ainda é necessário, entretanto, ampliar o acesso as CSAs, tornando a participação mais heterogênea. As redes agroalimentares alternativas possuem implicações para as políticas sociais ao promoverem o desenvolvimento rural, o fortalecimento da agricultura familiar, a preservação do ambiente e, sobretudo ao contribuírem para a saúde e para a SAN. Essas redes devem ser consideradas pelos governos como uma sinalização da sociedade para adoção de uma abordagem ecológica das políticas sociais. Por possuírem potencial para enfrentar os novos desafios de SAN do Brasil e indicarem soluções para a demanda ambiental do mundo atual, o Estado deve estar atento ao papel de governança dessas redes e ampliar o diálogo por meio de instâncias participativas da sociedade civil afim de absorver demandas e iniciativas.

**Palavras chaves:** desenvolvimento sustentável, redes agroalimentares alternativas, segurança alimentar e nutricional, políticas sociais, Brasil, ambiente.

## Abstract

This work will address the Community Supported Agriculture - CSA, social technology in which consumers financing a local farmer production, sharing the risks of clean food production. The objective of this research is to understand the motivations of consumers to join the CSA and the implications of this participation for social policies. Using qualitative methods, 11 semistructured interviews were conducted with consumers participating in CSAs in Brasília/DF through digital platforms. The results indicate that alternative initiatives related to food consumption and production can create fairer markets, directly impact on food and nutritional security of the community and act as a resistance movement to the conventional way of production and access to food. They also contribute to sustainable development by addressing the particularities of each territory, strengthening the community

. It is still necessary, however, to increase access to CSAs, making participation more heterogeneous. Alternative agrifood networks have implications for social policies by promoting rural development, strengthening family farming, preserving the environment and contributing to health and food security. These networks should be considered by governments as a sign of society for adopting an ecological approach to social policies. Because they have the potential to face the new challenges of food security in Brazil and indicate solutions for the environmental demand of the today's world, the State must be attentive to the governance role of these networks and broaden the dialogue through participatory instances of civil society in order to absorb demands and initiatives.

**Keywords:** sustainable development, alternative agrifood networks, food and nutritional security, social policies, Brazil, environment

## Índice de Figuras

Figura 1 - Áreas relacionadas às políticas alimentares .....	16
Figura 2 - Diminuição subalimentados no Brasil entre 1990/92 e 2014/16 .....	18
Figura 3 - Consumo de Agrotóxicos e Afins (2000-2014) .....	19
Figura 4 - Mapa Localização Regiões Administrativas do Distrito Federal/Brasil.....	46

## Índice de Tabelas

Tabela 1 - <b>Descrição do pré-teste</b> .....	35
Tabela 2 - <b>Descrição entrevistas</b> .....	36
Tabela 3 - <b>Dados relevantes da amostra</b> .....	39
Tabela 4 - <b>Saturação da amostra</b> .....	40
Tabela 5 - <b>Caracterização da amostra</b> .....	43
Tabela 6 - <b>Principais motivações abordadas</b> .....	52



## **Lista de Siglas**

**CSA** - Comunidade que Sustenta a Agricultura

**DCNT** - Doenças Crônicas não transmissíveis

**DHAA** - Direito Humano à Alimentação Adequada

**EAN** – Educação Alimentar e Nutricional

**FAO** - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

**HLPE** - Painel de Especialistas de Alto Nível

**IBASE** - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

**INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

**MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

**OMS** - Organização Mundial de Saúde

**PAA** – Programa de Aquisição de Alimentos

**PBF** - Programa Bolsa Família

**PNAE** – Programa Nacional de Alimentação Escolar

**PNSAN** - Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

**SAN** - Segurança Alimentar e Nutricional

**SISAN** - Sistema Nacional de Segurança Alimentar

**SUS** - Sistema Único de Saúde

**UE** - União Europeia

**USDA** - Departamento de Agricultura dos Estados Unidos

## Índice

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 1- A RELEVÂNCIA DA AGENDA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL PARA OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A NECESSIDADE DE SISTEMAS ALIMENTARES SAUDÁVEIS</b>	<b>13</b>
<b>1.1 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E SUA IMPORTÂNCIA PARA A POLÍTICA SOCIAL</b>	<b>14</b>
1.1.1 BREVE HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DA AGENDA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL	16
<b>1.2 SISTEMAS ALIMENTARES SAUDÁVEIS PARA A GARANTIA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b>	<b>20</b>
<b>CAPÍTULO 2- A IMPORTÂNCIA DAS REDES AGROALIMENTARES ALTERNATIVAS NA TRANSFORMAÇÃO DOS SISTEMAS ALIMENTARES: COMPREENDENDO AS COMUNIDADES QUE SUSTENTAM A AGRICULTURA</b>	<b>22</b>
<b>2.1 DEFINIÇÃO DE REDES AGROALIMENTARES ALTERNATIVAS</b>	<b>23</b>
2.1.1 O PAPEL DE GOVERNANÇA DAS REDES SOCIAIS	24
<b>2.2 COMUNIDADE QUE SUSTENTA A AGRICULTURA – CSA: UMA REDE AGROALIMENTAR ALTERNATIVA QUE APROXIMA O URBANO DO RURAL</b>	<b>25</b>
<b>CAPÍTULO 3- AS MOTIVAÇÕES DOS CONSUMIDORES AO ADERIREM A REDES AGROALIMENTARES ALTERNATIVAS E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A POLÍTICA SOCIAL</b>	<b>27</b>
<b>3.1 O PODER DO COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR PARA TRANSFORMAR OS SISTEMAS ALIMENTARES</b>	<b>28</b>
3.1.1 MOTIVAÇÕES DOS CONSUMIDORES PARA PARTICIPAÇÃO EM REDES AGROALIMENTARES ALTERNATIVAS	29
<b>3.2 IMPLICAÇÕES DAS REDES AGROALIMENTARES ALTERNATIVAS PARA A POLÍTICA SOCIAL</b>	<b>30</b>
<b>CAPÍTULO 4 - METODOLOGIA DA PESQUISA</b>	<b>33</b>
<b>4.1 PROBLEMÁTICA E OBJETIVOS</b>	<b>34</b>

<b>4.2</b>	<b>MÉTODO ADOTADO</b>	<b>34</b>
4.2.1	ENTREVISTAS	35
4.2.2	DEFINIÇÃO AMOSTRA E PROCEDIMENTOS DE AMOSTRAGEM	38
<b>CAPÍTULO 5 - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b>		<b>42</b>
<b>5.1</b>	<b>CARACTERIZANDO A AMOSTRA: QUEM É COAGRICULTOR EM BRASÍLIA?</b>	<b>43</b>
5.1.1	COAGRICULTORES E SUAS CSAS: OBSERVAÇÕES	47
<b>5.2</b>	<b>MOTIVAÇÕES DOS COAGRICULTORES PARA ADERIREM AS CSAS EM BRASÍLIA</b>	<b>51</b>
<b>5.3</b>	<b>IMPLICAÇÕES PARA A POLÍTICA SOCIAL</b>	<b>60</b>
5.3.1	IMPACTOS NA SAÚDE	61
5.3.2	FORTALECIMENTO PRODUÇÃO LOCAL	65
5.3.3	FORTALECIMENTO DA COMUNIDADE	70
5.3.4	DIMINUIÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS	71
5.3.5	COMER É UM ATO POLÍTICO	74
<b>CONCLUSÕES</b>		<b>77</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>		<b>80</b>
<b>ANEXOS</b>		<b>87</b>

## **Introdução**

A literatura aponta importantes implicações das Comunidades que sustentam a agricultura - CSAs para a Segurança Alimentar e Nutricional – SAN e para a criação de comunidades mais justas, social e ambientalmente responsáveis. Também se destacam as implicações dessas redes para áreas relacionadas às políticas sociais ao promoverem o desenvolvimento rural e comunitário, o fortalecimento da agricultura familiar, a preservação do ambiente e ao contribuírem para a saúde individual. O consumidor desempenha papel fundamental e inovador no desenvolvimento dessas redes agroalimentares alternativas e seu comportamento constitui um dos elementos formadores dos Sistemas Alimentares. Ao optar por uma análise sob sua perspectiva, essa pesquisa busca dar destaque a esses importantes atores que vem despertando interesse nas pesquisas acadêmicas atuais na área.

As CSAs, um movimento global, podem ser consideradas redes agroalimentares alternativas por irem na contramão do sistema alimentar convencional, com o potencial para transformá-lo e criar inovadoras formas de sociabilidade. Caracterizadas como um modelo de organização social, tem como objetivo aproximar os produtores de alimentos e os consumidores, chamados de coagricultores, por meio de vínculos baseados em relações econômicas éticas, como forma de criar um ambiente onde sejam valorizados os conhecimentos e ecossistemas locais e a solidariedade entre as partes. Por meio de pagamentos antecipados por parte dos coagricultores, a CSA promove o compartilhamento do risco da produção agrícola, favorecendo o bem-estar social, preservando um espaço de colaboração e criando um ambiente saudável com o pagamento de remunerações justas aos agricultores em troca do recebimento de alimentos limpos, saudáveis e locais pelos coagricultores.

Esta pesquisa baseou-se no Brasil, país com tradição no tratamento da questão alimentar e na elaboração de políticas sociais. Embora o Brasil tenha, em 2014, saído do Mapa da Fome da ONU - Organização das Nações Unidas, uma nova faceta da insegurança alimentar vem se destacando no país com avanço das doenças crônicas não transmissíveis – DCNT e com o debate recente acerca das flexibilizações sobre o uso de agrotóxicos. A relevância da temática comprova-se com entrada em vigor da agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável da ONU, quando evidenciou-se a preocupação mundial com as questões alimentares e com a proclamação da década de Ações das Nações Unidas em Nutrição (2016 - 2025), que corrobora com o movimento global de se criar sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis que atendam as particularidades de cada território, valorizando as tradições alimentícias e a biodiversidade local. Sob a perspectiva do

desenvolvimento de comunidades sustentáveis, destaca-se a importância do capital comunitário e de ações coletivas para a solução de problemas ambientais, econômicos e sociais.

A investigação, aplicada as CSAs de Brasília/DF, tem como principal objetivo explorar, baseando-se nas redes sociais, formas inovadoras de produzir e consumir alimentos através de redes agroalimentares alternativas a partir da perspectiva do consumidor. O estudo busca identificar as principais motivações dos consumidores ao participarem das CSAs, que são potenciais promotoras de mudanças políticas e sociais, para que seja possível determinar suas necessidades e demandas não atendidas pelo sistema alimentar convencional. Pretende-se também compreender as implicações dessa participação para a SAN e outras áreas da política social no Brasil. Como objetivos específicos, a pesquisa pretende analisar o caráter de movimento social e o papel de governança das CSAs, identificar suas contribuições para a promoção de sistemas alimentares saudáveis e para a SAN e compreender o impacto dessas comunidades para o desenvolvimento sustentável. Para atender aos objetivos esse trabalho, utilizou-se métodos qualitativos de pesquisa, através da realização de 11 entrevistas semiestruturadas com coagricultores por meio de plataformas digitais.

Esse trabalho está dividido em 5 capítulos, dos quais os 3 primeiros trazem a revisão da literatura que suporta essa pesquisa. O primeiro aborda a relevância da agenda de SAN para as políticas sociais e a necessidade de criação de sistemas alimentares saudáveis para a conquista dos objetivos do desenvolvimento sustentável. No capítulo 2 pretende-se discutir o potencial das redes agroalimentares alternativas para promover a transformação dos sistemas alimentares, além de apresentar o modelo da CSA. No terceiro capítulo analisam-se as motivações dos consumidores ao participar de redes agroalimentares alternativas, de acordo com a literatura, e as implicações dessa participação para a política social. O capítulo 4 apresenta a metodologia utilizada e o capítulo 5 aborda os resultados obtidos e discute-os com a literatura. Por fim, a conclusão busca relacionar todas as constatações dessa pesquisa com as implicações das CSAs para as políticas sociais no Brasil.

**Capítulo 1 - A relevância da agenda de Segurança Alimentar e Nutricional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: a necessidade de sistemas alimentares saudáveis**

## 1.1 Segurança Alimentar e Nutricional e sua importância para a Política Social

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional- SAN está permanentemente em construção e evolui à medida que a sociedade avança e alteram-se as formas de organização social. Já em 1928, a Liga das Nações trouxe o tema da alimentação para sua agenda permanente, divulgando diversos relatórios que demonstravam que mais de dois terços da população mundial vivia em situação de fome (Castro, 1959, p. 59).

Com o fim das guerras, a segurança alimentar passou a ser tratada como insuficiência de alimentos causada pela baixa produção em países pobres. A Revolução Verde foi a solução encontrada, entretanto, a massiva utilização de insumos químicos nas lavouras e de novas variedades genéticas de alimentos resultaram na contaminação dos solos, redução da biodiversidade e o surgimento de pragas resistentes, aliados a nenhum impacto positivo na diminuição da fome e ao combate à insegurança alimentar (Burity, et al., 2010). Isso prova, de acordo com Josué de Castro, a incapacidade das organizações governamentais e científicas de satisfazerem a mais básica necessidade dos seres humanos: a necessidade de alimentação (Castro, 1959, p. 57).

A partir da década de 80, o excedente de produção gerado pela Revolução Verde resulta no aparecimento dos alimentos industrializados, sem que houvesse diminuição da fome. É nesse contexto que o debate começa a identificar a falta de acesso à terra e renda como causas dos problemas sociais ligados à alimentação (Burity, et al., 2010).

Com a realização, em 1992, da Conferência Internacional da Nutrição, organizada pela FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura e pela OMS - Organização Mundial de Saúde, o conceito de segurança alimentar passou a incorporar a ideia de alimentos seguros, de qualidade, produzidos de forma sustentável<sup>2</sup> e culturalmente aceita: alimentos “bons, limpos e justos”<sup>3</sup> (Slow Food, 2013). Engloba-se aí a questão nutricional ao conceito, surgindo o termo Segurança Alimentar e Nutricional, que associa processos de escolha, preparo e consumo de alimentos aos de produção e distribuição (Burity, et al., 2010).

---

<sup>2</sup> União indissociável de 4 características: ecologicamente sadio, economicamente viável, socialmente justo e culturalmente aceito (Slow Food, 2013).

<sup>3</sup> Manifesto do movimento internacional Slow Food de 1989, que defende que os alimentos precisam ser bons, referindo-se ao aroma e sabor e à competência da produção de não alterar sua naturalidade; limpos, referindo-se a práticas sustentáveis de cultivo, processamento e marketing - todas as etapas da cadeia de produção devem proteger a biodiversidade, o produtor e o consumidor; justos, no sentido de que as condições de trabalho agrícola respeitem o ser humano e seus direitos, baseando-se em conceitos de solidariedade e respeito à diversidade e às tradições.

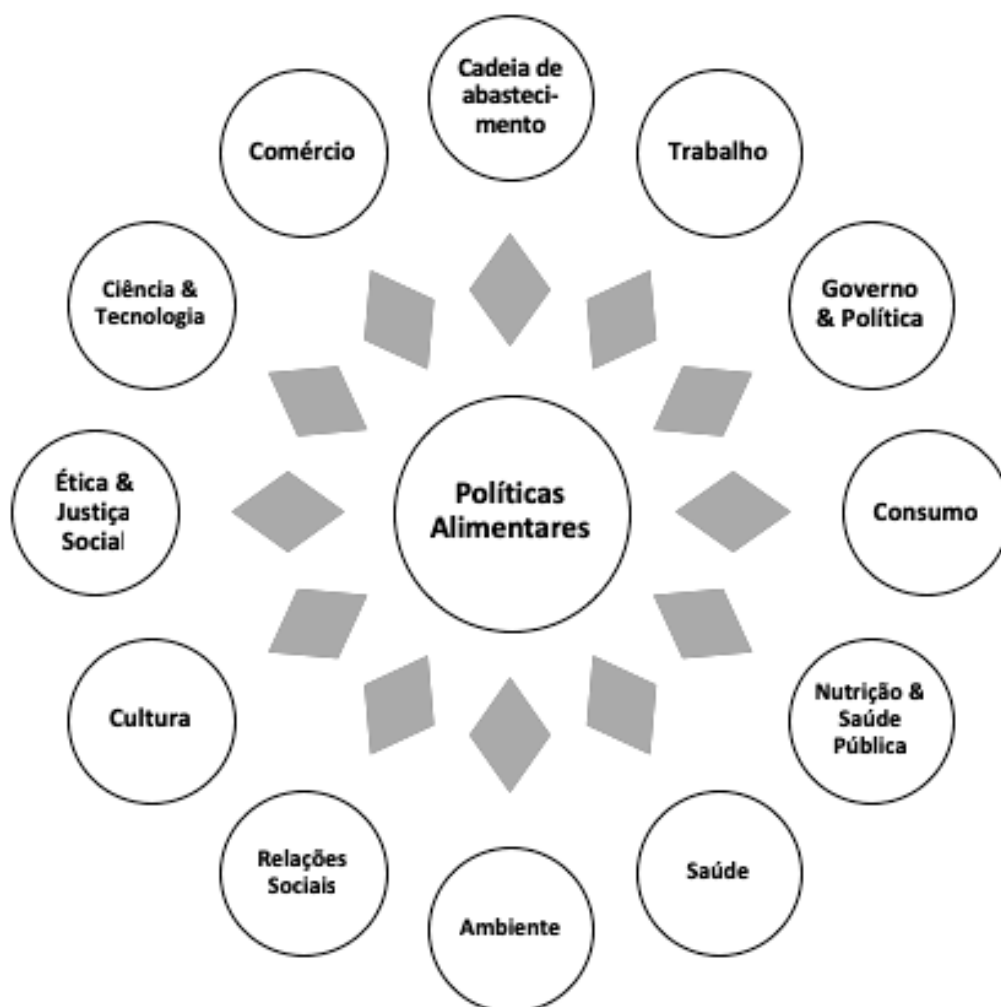
A evolução do conceito de SAN ao longo da história busca de forma crescente a promoção e realização do Direito Humano à Alimentação Adequada – DHAA e da Soberania Alimentar, garantindo que os países são soberanos para promover a SAN de sua população, preservando, assim, as práticas alimentares tradicionais de seus territórios.

O DHAA é indissociável à vida humana e a sua sobrevivência. Diversos mecanismos internacionais entendem esse direito como fundamental para qualquer pessoa estar livre da fome e assim acessar outros direitos humanos. Embora uma grande parte da população mundial ainda esteja distante da concretização desse direito, associá-lo à SAN é o caminho para garantir o acesso à alimentação de qualidade (Burity, et al., 2010).

As políticas alimentares envolvem diversas áreas relacionadas às políticas sociais: ambiente, desigualdade social, saúde, identidade cultural, educação estão relacionados ao alimento, como será discutido ao longo desse trabalho. Lang, Barling e Caraher (2001; 2009), que abordam em suas pesquisas o pensamento moderno das políticas alimentares, analisam que a governança de diversos níveis (setor público, indústria relacionada à produção de alimentos e consumidores) e a intersectorialidade devem ser consideradas para que se possa criar políticas alimentares que de fato transformem o sistema alimentar, resultando em melhores condições macroeconômicas, de saúde e ambientais. Segundo os autores, faz-se necessária a transformação para um “modelo ecológico de saúde pública”, no qual as dimensões de saúde e sociais estão presentes.



Figura 1 - Áreas relacionadas às políticas alimentares



Adaptado de Lang, T., Barling, D., & Caraher, M. (2009). *Food Pollicy: integrating health, environment & society*. Oxford: Oxford University Press. Formatação própria.

A FAO, em 2005, lançou diretrizes em apoio à realização progressiva do DHAA no contexto da segurança alimentar e vem trabalhando internacionalmente pela garantia desse direito. O debate sobre as questões alimentares vem crescendo nas organizações internacionais, o que demonstra um avanço da discussão sobre necessidade de uma abordagem ecológica das políticas sociais (Lang, Barling, & Caraher, 2009).

### **1.1.1 Breve histórico da evolução da agenda de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil**

No atual entendimento da lei brasileira, a SAN é um direito de todos ao acesso regular à quantidade suficiente de alimentos com qualidade e que seja baseado em

práticas alimentares que promovam a saúde, respeitem a biodiversidade, o ambiente, a cultura e sejam econômica e socialmente sustentáveis (Lei nº11.346, 2006).

O Brasil possui tradição e pioneirismo no tratamento da questão alimentar e no desenvolvimento de políticas sociais. O Programa Bolsa Família - PBF foi uma das estratégias para combater o ciclo de fome brasileiro e uma das principais políticas sociais elaboradas no país. O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, desempenhou papel importante no combate à desnutrição, juntamente com equipamentos públicos ligados à SAN como banco de alimentos, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e programas de acesso à água, principalmente no semiárido nordestino, e de fortalecimento da produção familiar e desenvolvimento rural (Kepple, 2014).

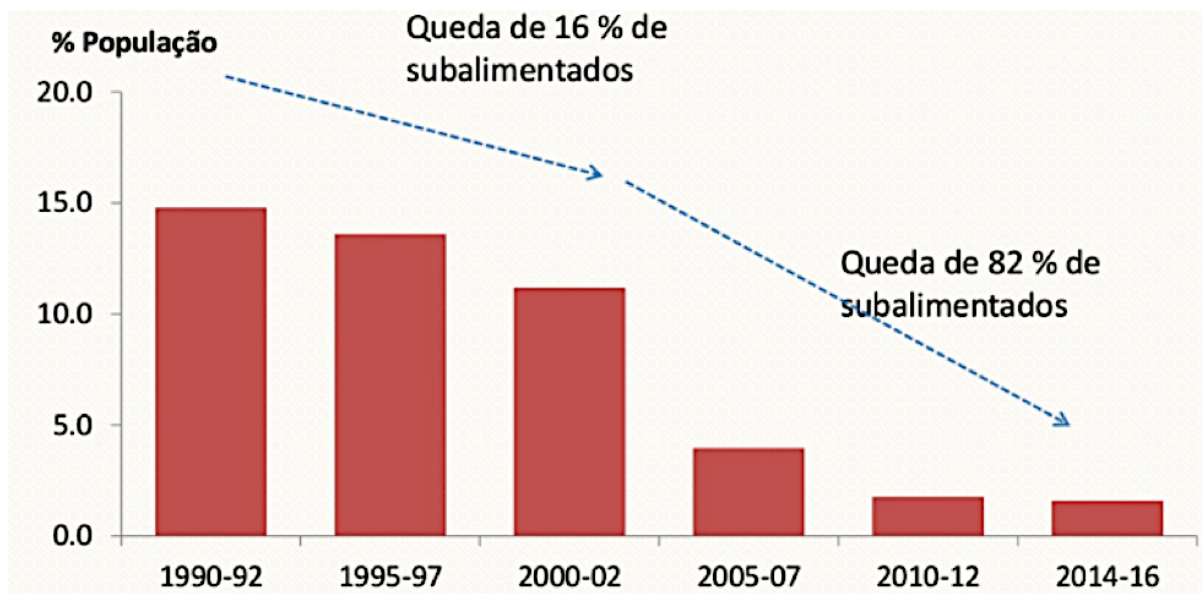
O SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar foi instituído no Brasil em 2006 pela Lei Orgânica de SAN (Lei nº11.346, 2006). Em 2010 foi inserido como direito social na Constituição do país o DHAA. No mesmo ano foi decretada (Decreto nº 7.272, 2010) a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN.

Segundo a FAO (2015), o Brasil saiu do Mapa da Fome Mundial em 2014, superando a Meta dos Objetivos do Milênio. O relatório afirma que a prioridade política da agenda de erradicação da fome, os mecanismos de transferência de renda, com destaque ao PBF e proteção social e a valorização da agricultura familiar<sup>4</sup> foram pontos fundamentais para conquista (FAO; IFAD & WFP, 2015). A figura 2 apresenta a queda do número de subalimentados no Brasil entre os anos de 1990 e 2016:

---

<sup>4</sup> No Brasil a definição do agricultor familiar encontra-se na Lei nº11.326/2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais no artigo 3: “Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II – utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III – tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família” (Lei nº 11.326, 2006).

Figura 2 - Diminuição subalimentados no Brasil entre 1990/92 e 2014/16



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2015

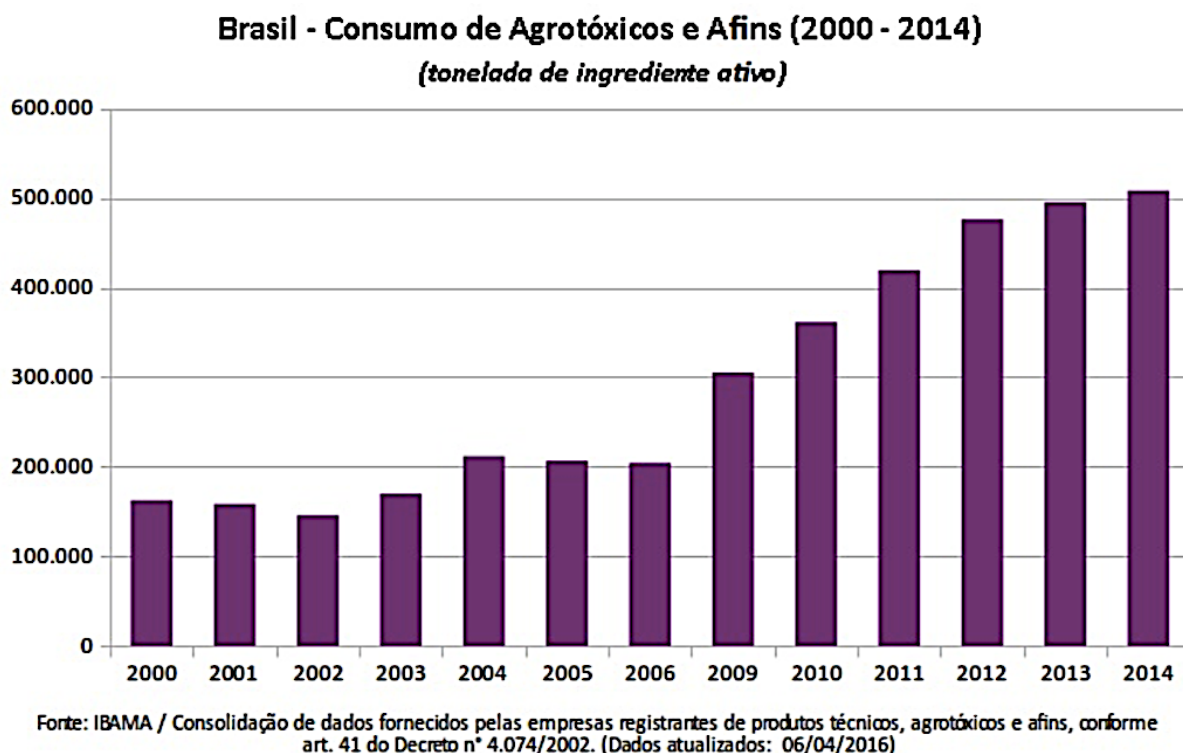
Entretanto, uma nova faceta da insegurança alimentar vem se destacando no país. De acordo com Relatório Vigitel<sup>5</sup>, houve um aumento das Doenças Crônicas não transmissíveis - DCNT na última década (61,8% dos casos de diabetes e 14,2% de hipertensão) e 18,9% dos brasileiros estão obesos (Brasil, 2016). De acordo com estudo elaborado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE, a alimentação representa o principal gasto com o benefício do PBF para 87% das famílias beneficiadas (Nordeste chega a 91% enquanto no Sul a 73%). 78% dos titulares beneficiários passaram a comprar mais alimentos ricos em açúcares com o recebimento do benefício e constatou-se também o aumento no consumo de leites e derivados, proteínas animais, biscoitos, óleos, industrializados e em menor proporção de vegetais e hortaliças. Também segundo o Instituto, 96,3% dos beneficiários realizam as compras de alimentos em mercados (Ibase, 2008).

Popkin (2011) apresenta em seu trabalho os efeitos da mudança na dieta na saúde e bem-estar. A epidemia de obesidade que atinge tanto países desenvolvidos, quanto em desenvolvimento e a disseminação das DCNTs são consequências do aumento do consumo de proteína animal, de carboidratos refinados, açúcares e adoçantes.

Também no campo da produção de alimentos a situação não pode ser comemorada: um dos campeões no uso de agrotóxicos no mundo, o Brasil vive atualmente o

debate acerca das flexibilizações propostas pelo apelidado Projeto de Lei do Veneno<sup>6</sup>. Segundo Bombardi (2017), dos 504 agrotóxicos consumidos no Brasil, 30% já foram proibidos na União Européia - UE devidos a seus comprovados riscos à saúde. O gráfico abaixo demonstra a evolução do consumo de agrotóxicos no Brasil de 2000 a 2014.

Figura 3 - Consumo de Agrotóxicos e Afins (2000-2014)



Fonte: Bombardi, L. M. (2017). *Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia*. São Paulo: FFLCH – USP.

Como se pode analisar na Figura 3, o país vem aumentando o número de agrotóxicos autorizados ano a ano: em 2016, 20 tipos foram autorizados; em 2017, 47; em 2018 foram 60 e nos 2 primeiros meses de 2019, já foram autorizados 86 novos tipos (Greenpeace, 2019).

Com uma população de mais de 200 milhões de habitantes, o Brasil tem como uma de suas bases econômicas o agronegócio e consome cerca de 7,3 litros de defensivo por pessoa por ano. De acordo com o Ministério da Saúde, os casos de intoxicação humana chegam a 3.125 ao ano, além disso, os agrotóxicos contaminam, sobretudo, todo o ambiente,

<sup>6</sup> Projeto de Lei 6.299/2002, apelidado de PL do Veneno, que visa flexibilizar o uso de agrotóxicos no país, foi aprovado em comissão e seguirá para votação no plenário da Câmara dos Deputados.

atingindo o solo, as fontes hídricas e lençóis freáticos e até o leite materno (Bombardi, 2017; Carneiro, Augusto, Rigotto & Friedrich, 2015).

## **1.2 Sistemas Alimentares saudáveis para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional e do Desenvolvimento Sustentável**

Com entrada em vigor, em 2015, da agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável da ONU evidenciou-se a preocupação mundial com as questões alimentares. O peso da agenda de SAN está concretamente declarado no segundo objetivo “acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável” e permeia mais 6 dos 17 objetivos firmados. A proclamação da Década de Ação em Nutrição das Nações Unidas (2016 - 2025) corrobora com o movimento global de se criar sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis que atendam as particularidades de cada território, valorizando as tradições alimentícias e a biodiversidade local.

O relatório *Nutrition and food systems*, divulgado em 2017, pelo Painel de Especialistas de Alto Nível - HLPE do Comitê Mundial de Segurança Alimentar, define Sistema Alimentar como sendo a combinação de todos os elementos (ambiente, pessoas, processos, infraestruturas e instituições) e atividades relacionadas à produção, distribuição, preparação e consumo e suas consequências, inclusive socioeconômicas e ambientais. Considera-se, portanto, que os sistemas alimentares se constituem da união da cadeia de abastecimento alimentar, do ambiente alimentar e do comportamento dos consumidores.

A cadeia de abastecimento reuni todas as atividades da produção ao consumo (produção, armazenamento, distribuição, processamento, marketing). Todas as decisões tomadas nessa cadeia influenciam as dos outros estágios. O ambiente alimentar refere-se ao contexto econômico, político e sócio cultural com o qual os consumidores relacionam-se para adquirir, preparar e consumir alimentos. O comportamento dos consumidores completa o tripé dos sistemas alimentares. Engloba-se aqui as escolhas dos consumidores em níveis individuais ou familiares sobre qual o tipo de alimento será adquirido, armazenado, preparado e consumido, relacionando-se também questões de gênero quanto à divisão das tarefas domésticas. O comportamento dos consumidores está ligado a preferências individuais como gosto, conveniência, cultura e acesso (HPLC, 2017).

A garantia da SAN e suas contribuições para o alcance do desenvolvimento sustentável, portanto, dependem do esforço da sociedade, estados nacionais e organismos internacionais para a transformação de nossos sistemas alimentares, criando cadeias de

abastecimento mais justas e responsáveis com os agricultores e com o ambiente, ambientes alimentares com acesso facilitado a alimentos locais, frescos e saudáveis e consumidores conscientes do seu papel e do seu poder de escolha (HLPE, 2017).

Ainda de acordo com o HPLE, o comportamento do consumidor, elemento constituinte dos sistemas alimentares, é influenciado pelo ambiente alimentar vigente. Mudanças coletivas nesse padrão consumidor podem ter papel importante no surgimento de sistemas alimentares mais saudáveis e sustentáveis. Portanto, o comportamento do consumidor, que será tratado mais profundamente no Capítulo 3 desse trabalho, desempenha papel importante na transformação dos sistemas alimentares.

## **Capítulo 2 - A importância das Redes Agroalimentares Alternativas na transformação dos Sistemas Alimentares: compreendendo as Comunidades que Sustentam a Agricultura**

## 2.1 Definição de Redes Agroalimentares Alternativas

Em um contexto em que os problemas ambientais, a SAN e os impactos do consumo de alimentos industriais na saúde emergem nas discussões sobre sistemas alimentares, Goodman (2002) analisa as redes alternativas com o objetivo de compreender suas contribuições ao promoverem mudanças no sistema agroalimentar. Chamada pelo autor de virada da qualidade da questão alimentar (*quality turn*), caracteriza-se por um movimento pela alimentação de qualidade, baseada na confiança, na manutenção dos hábitos locais e em formas mais justas de relações comerciais (Goodman, 2002; Cassol & Schneider, 2015).

O surgimento de sistemas alimentares alternativos como forma de criar cadeias mais curtas entre produtores e consumidores, baseiam-se em conceitos relacionados à reciprocidade, confiança e solidariedade (Connelly, Markey, & Roseland, 2011). Esses sistemas são caracterizados por modos de sociabilidade e baseados em redes sociais (Brunori, 2007). O autor apoia a escolha por alimentos locais como forma de modificar os sistemas alimentares, respaldando-se no poder de transformação da comida local. Os atores sociais relacionados a essas redes estão ligados diretamente e esses mercados socialmente construídos são baseados na confiança, na imersão social (*embeddedness*) e na valorização dos hábitos tradicionais locais. Para Hinrichs (2000) o conceito da imersão social (*embeddeness*) corresponde ao capital social e à confiança, denotando a contribuição de laços sociais para a melhora das interações econômicas.

A obra de D. Goodman, Dupuis e M. Goodman (2012), *Alternative Food Networks: Knowledge, Practice, and Politics* aborda a expansão de redes agroalimentares alternativas pela defesa de valores éticos e tradicionais e contra a padronização global do sistema alimentar, em meio as crescentes discussões e preocupações relacionadas ao ambiente e insegurança alimentar. Segundo os autores podemos conceituar redes alternativas como “*reflexive communities of practice of consumers and producers whose repertoires create new material and symbolic spaces in food provisioning and international trade*” (Goodman, DuPuis, & Goodman, 2012, p. 7) É importante salientar que a definição desse consumo consciente e reflexivo depende das especificidades de cada território e dos valores e cultura compartilhados.

Cox et al (2008) também analisam diversos estudos que tratam a alternatividade dessas redes como uma oposição ao sistema alimentar industrial, configurando-se, portanto, tanto como iniciativas que protestam contra essa forma de abastecimento alimentar, quanto como tentativas de criar formas inovadoras de consumir bens alimentares.



O papel do consumidor, que será discutido mais adiante nesse trabalho, coloca-o no lugar de importante ator para discussão dos problemas contemporâneos relacionados a alimentação. Cassol e Schneider (2015) destacam a capacidade desses atores no desenvolvimento de redes agroalimentares alternativas que desempenham papel de contraposição ao sistema alimentar convencional. Connelly, Markey, & Roseland (2011) reiteram que essas iniciativas dependem de uma mudança no comportamento alimentar desses consumidores.

### **2.1.1 O papel de governança das Redes Sociais**

As redes sociais têm sido identificadas como uma forma de organização que conecta diferentes atores, criando estruturas de governança. De acordo com Tompkins e Adger (2004); Marin e Wellman (2011); Bodim, Crona e Erton (2006); e Woolcock e Narayan (2000), as redes sociais podem construir resiliência e aumentar a capacidade adaptativa às mudanças no ambiente; possibilitam aos participantes o acesso a poder e representação, formando redes de engajamento, que são fundamentais para a melhoria das comunidades vulneráveis; e são importantes nos processos de governança e para o estímulo a preservação e uso sustentável dos recursos naturais.

Os estudos de redes sociais baseiam-se nos padrões das relações ao invés de analisar os atores isolados. Assim, os laços que unem esses atores criam uma relação de interdependência, determinada pelo tipo de capital social empregado (Borgatti & Halgin, 2011). Um dos primeiros autores a caracterizar as redes sociais de acordo com o tipo de capital social empregado foi Robert Putnam. Para o autor (2000), o capital social pode ser dividido em redes fortes (*bonding*) e redes fracas (*bridging*). É preciso valorizar ambos os tipos de capital social para fortalecer os processos de governança. Segundo Newman e Dale (2005), nem toda rede social é formada da mesma maneira e, portanto, é necessário balancear as duas formas de capital social. Enquanto as redes fracas permitem ampliar o acesso a ferramentas e conhecimentos de outras comunidades, as redes fortes são necessárias para absorver e consolidar os benefícios obtidos.

Assim, redes sociais que promovam a participação social, com uma coordenação horizontal, com diversidade de atores e emprego de diferentes formas de capital social, podem desempenhar uma boa governança para solução de problemas (Delgado, Triana, & Sayago, 2013).

## **2.2 Comunidade que Sustenta a Agricultura – CSA: uma rede agroalimentar alternativa que aproxima o urbano do rural**

A CSA configura-se um modelo de distribuição de alimentos que tem crescido no mundo todo. O modelo surgiu no Japão, onde foi chamado de Teikei (parceria), impulsionado por donas de casa preocupadas com a alimentação familiar e com o uso de pesticidas na produção agrícola no início da década de 70 (Henderson, 2010). Concomitantemente, na Suíça e Alemanha, fazendas já empregavam a agricultura biodinâmica de Rudolf Steiner e arranjos semelhantes aos empregados nas CSAs (Henderson, 2010).

O termo CSA foi criado pela ativista norte americana Robyn Van En e já na década de 80 as experiências norte-europeias começaram a se disseminar também nos Estados Unidos. A partir de então, iniciativas foram surgindo em todo mundo. Embora possuam nomes diferentes, AMAP – Associação de Manutenção da Agricultura de Proximidade na França, Re.Ci.Pro.Co - Relação de Cidadania entre Produtores e Consumidores em Portugal, ASC – Agricultura Sustentada pela Comunidade no Canadá, a estrutura é a mesma e baseiam-se todos no compartilhamento dos riscos e na abundância da agricultura agroecológica. De acordo com a pesquisa *Local Food Marketing Practices Survey* organizada pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, em 2015, existiam 7.398 fazendas que participavam de vendas diretas a consumidores por meio da tecnologia social da CSA (USDA, 2015).

A CSA é considerada rede agroalimentar alternativa, ou seja, um modelo de organização social em que consumidores apoiam um agricultor local, por meio de vínculos baseados em relações econômicas éticas e na confiança (Hinrichs, 2000; Ertmańska, 2015), compartilhando os riscos e benefícios da produção de alimentos, geralmente orgânicos, agroecológicos ou biodinâmicos e de alta qualidade (DeMuth, 1993).

Allen et al. (2017) afirmam o potencial das CSAs em desafiar os modos de produção de alimentos industriais: ao encurtar as cadeias de abastecimento alimentar, permitem que o capital permaneça na economia local e incentiva o desenvolvimento de pequenas indústrias relacionadas. A iniciativa também proporciona benefícios financeiros à agricultura familiar e à saúde dos consumidores envolvidos (Cohen, Gearhart, & Garland, 2012).

Nesse modelo, consumidores ou coagricultores, como são chamados no Brasil, financiam a produção agrícola de um produtor local por meio de pagamentos antecipados e recebem em troca, em um local definido pela comunidade, geralmente um ponto de convivência, uma cesta de alimentos biológicos. Esse modelo diferencia-se de outros mercados agrícolas diretos por construir comunidades relacionadas à alimentação, à terra, ao

ambiente e à sustentabilidade (Hinrichs, 2000). De acordo com Kaltsas (2015); Ertmańska (2015); e Tegtmeier e Duffy (2005), CSAs criam soluções para sustentabilidade, para a preservação do ambiente, para os sistemas de saúde públicos, para as questões relacionadas ao sistema alimentar global, incluindo os problemas da cadeia de abastecimento alimentar, já que promovem o comércio local e justo e possibilitam a troca de conhecimento sobre ecossistemas locais.

Henderson na Urgenci Kobe Conference (2010) apresentou os benefícios da CSA tanto para os consumidores, que acessam alimentos frescos e saudáveis de fontes seguras e podem se reconectar com a terra, quanto para os agricultores, que se beneficiam de mais oportunidades de emprego e mercados. Também destacou suas vantagens relacionadas ao ambiente, ao empregar agricultura ecologicamente responsável, ao possibilitar o consumo local gerando menor emissão de gases poluentes no deslocamento e ao utilizar menos embalagens.

Iniciativas inovadoras, que possibilitam a transformação social e a melhora da qualidade de vida e do bem-estar dos atores envolvidos podem ser caracterizadas como tecnologias sociais (Bava, 2004). As CSAs ao fortalecerem as comunidades para alcançarem seus potenciais como organizações sociais, difundem a ampliação da cultura de incentivo a produção local e proporcionam visibilidade a esses sistemas alimentares regionais (Kaltsas, 2015), podendo, portanto, ser caracterizadas como uma Tecnologia Social. De acordo com Tegtmeier & Duffy (2005), a CSA também revitaliza economias locais ao manter o capital na comunidade, aumenta a interação dos moradores do campo e da cidade, estimula o envolvimento local e cívico, preserva as paisagens rurais e o ambiente e fortalece a comunidade.

Entretanto, Tegtmeier e Duffy (2005) trazem em seu trabalho alguns inconvenientes relatados por coagricultores e agricultores pesquisados nos EUA. A responsabilidade em armazenar alimentos em abundância e criar diariamente receitas para que todos os produtos sejam consumidos, com o tempo, torna-se um problema para alguns coagricultores. Segundo os autores, os consumidores sentem-se saudosistas da liberdade de escolher os itens que seriam consumidos semanalmente. Já alguns agricultores pesquisados, queixam-se dos baixos salários e da sobrecarga de trabalho. Com mais 30 anos do modelo CSA nos EUA, ainda são necessárias informações mais aprofundadas sobre a realidade das comunidades para que se confirme a sustentabilidade e o conceito relacionado a CSA.

Nesse trabalho foram utilizadas como literatura pesquisas sobre CSAs desenvolvidas em países como Estados Unidos, Inglaterra, Escócia, China, Canadá e Austrália, comprovando-se a incidência de estudos relacionados à temática em países com contextos sociais e econômicos diversos.

## **Capítulo 3 - As motivações dos consumidores ao aderirem a redes agroalimentares alternativas e suas implicações para a Política Social**

### **3.1 O poder do comportamento do consumidor para transformar os Sistemas Alimentares**

Apesar de comprovados benefícios econômicos, sociais e ambientais dessas redes agroalimentares alternativas, apenas recentemente os pesquisadores passaram a enfatizar o impacto do comportamento de consumo de alimentos no estilo de vida e na saúde. (Allen, Rossi, Woods, & Davis, 2017).

Em grande parte do século XX, a academia focou seus estudos na produção alimentar, deixando de lado os efeitos da evolução tecnológica no consumo de alimentos e práticas alimentares. Somente na década de 90 que a questão do consumo de alimentos e das práticas alimentares passou a ser abordada por alguns pesquisadores (Cassol & Schneider, 2015). Goodman (2002) trata o consumidor como o principal ator da questão alimentar do mundo atual, desempenhando papel inovador fundamental para o estabelecimento de redes agroalimentares locais. D. Goodman, DuPuis e M. Goodman (2012) retratam os consumidores como agentes significativos para as mudanças das relações sociais e ecológicas da produção de alimentos, que ao valorizarem as práticas locais e cotidianas de alimentação, passam a lutar por sistemas alimentares mais sustentáveis social e ambientalmente. Para Popkin (2011) corrigir o desequilíbrio causado pelo sistema alimentar industrial exige não apenas uma mudança nas políticas agrícolas, mas também no comportamento alimentar dos consumidores e nas preferências sociais

É nesse contexto que o papel do consumo alimentar e do consumidor começam a ganhar espaço entre os estudiosos. Méndez e Benito (2008) analisam a conexão do comportamento de consumo alimentar com a saúde. Seyfang (2006) discute como as redes agroalimentares alternativas comercializadoras de alimentos orgânicos possibilitam um modo de consumo sustentável ao incluírem questões econômicas, sociais e ecológicas.

Para Truninger (2010), há diversos fatores que influenciam o comportamento dos consumidores antes e depois do ato de comprar, estando as necessidades e gostos pessoais subordinados às práticas sociais previamente estabelecidas. De acordo com Allen, Rossi, Woods, & Davis (2017), os comportamentos individuais de consumo alimentar são complexos e influenciados não só por fatores econômicos e políticos, mas também pelos ambientes alimentares e pelas redes sociais existentes.

Toda a incerteza e subordinação ligadas ao ato de se alimentar promovem o surgimento de movimentos de readequação. Isso explica, segundo Fischler (1988), a crescente necessidade de retomar a identificação com a comida, resultando na ampliação de debates sobre

rotulagem, especificação de ingredientes dos alimentos industrializados e buscas por garantias quanto à qualidade dos produtos. Esse cenário incentiva o aparecimento do consumidor “ativo e criativo” (Truninger, 2010, p. 44), que busca o controle dos aspectos de sua vida, expressa sua insatisfação com o sistema alimentar convencional e resiste a um sistema alimentar tomado por corporações e indústrias alimentícias que apenas satisfazem os interesses mercadológicos neoliberais (Truninger, 2010) e fazem oposição às cadeias de abastecimento baseadas no agronegócio (Cassol & Schneider, 2015). De acordo com DuPuis (2000), esse consumidor também valoriza os conhecimentos tradicionais sobre as formas de preparo e manuseio dos alimentos, assim como a biodiversidade e a cultura alimentar local.

Assim, para que mudanças ocorram nos sistemas alimentares é necessária, segundo a literatura revisada por Connelly, Markey, & Roseland (2011), uma ampla discussão sobre valores de nossa sociedade, que somente serão possíveis ampliando-se escala e disseminação dessas iniciativas. A literatura analisada por Cassol e Schneider (2015) sugere que formas alternativas de consumo alimentar local sinalizam a necessidade de criação de práticas sustentáveis aos elaboradores de políticas públicas, estimulando a ampliação de formas alternativas de produção, distribuição e consumo de bens alimentares.

### **3.1.1 Motivações dos consumidores para participação em redes agroalimentares alternativas**

As pesquisas que abordam os motivos pelos quais esses importantes atores, os consumidores, aderem aos modelos alternativos de comercialização de alimentos constataram não só a contraposição ao sistema alimentar convencional, mas também que a satisfação pessoal e a busca pelo bem-estar individual possuem grande peso na decisão de participação em redes alimentares alternativas (Cassol & Schneider, 2015).

A autora brasileira Guivant (2003), ao analisar os principais motivos que levavam consumidores a comprar orgânicos em supermercados, encontrou o perfil do consumidor denominado “ego-trip”, aquele que consome esse tipo de produto eventualmente e busca um estilo de vida saudável, e o “ecológico trip”, aquele que além das preocupações pessoais, possui motivações políticas e ambientais.

Na pesquisa desenvolvida por Cox et al (2008) são analisadas as motivações dos membros de CSAs na Escócia. Entre elas estão as preocupações ambientais, como o consumo sazonal com menos embalagens, em conhecer a procedência dos alimentos, em ingerir mais frutas e verduras, em cozinhar, em apoiar aos agricultores locais e com o desenvolvimento

da comunidade. Para Cohen, Gearhart e Garland (2012) e Sumner, Mair e Nelson (2010) entre as principais motivações para participação em redes agroalimentares alternativas estão a preocupação com a sustentabilidade ambiental, o apoio à agricultura local, a qualidade dos produtos, menor exposição a agrotóxicos e o acesso a alimentos saudáveis. Lea, Phillips, Ward e Worsley (2006) em pesquisa realizada na Austrália apontam entre as motivações: o frescor do alimento, o apoio financeiro direto aos agricultores e o valor dos alimentos biológicos que tendem a ter preços mais baixos do que os praticados por outros canais. Nesse mesmo estudo, entretanto, alguns consumidores demonstraram preocupação com a falta de escolha dos alimentos que são entregues em cada semana, demonstrando dificuldade em lidar com a sazonalidade da produção, embora outros tenham relatado a oportunidade trazida pela diversidade, como aprender a cozinhar diferentes tipos de alimentos.

### **3.2 Implicações das redes agroalimentares alternativas para a Política Social**

As CSAs desempenham papel inovador na criação de sistemas alimentares mais justos e saudáveis e contribuem para o bem-estar individual e comunitário. Bem-estar pode ser definido como o atendimento das necessidades básicas dos indivíduos ou grupos sociais, quando experimentado por grupos sociais, proporciona coesão social, estimulando que as pessoas se sintam responsáveis umas pelas outras (Spicker, 2000).

Já na década de 90 o estudo norte americano de Kolodinsky e Pelch (1997) identificava o potencial das CSAs, que deveria ser levado em consideração pelos elaboradores de políticas públicas para a criação de sistemas alimentares mais saudáveis e sustentáveis.

O estudo canadense de Minaker et al (2014) afirma que as administrações locais já iniciam a adoção de políticas que promovem os sistemas alimentares locais, já que 70% dos consumidores gastariam mais com produtos produzidos localmente. Essas redes agroalimentares alternativas locais, além da contribuição para a sustentabilidade ambiental, desempenham papel na geração de emprego local, através de um comércio justo que valoriza a biodiversidade regional e estimula o senso de comunidade.

A literatura revisada pela pesquisa de Lea, Phillips, Ward, & Worsley (2006) afirma que a agricultura apoiada pela comunidade oferece soluções para o desenvolvimento de práticas agrícolas mais sustentáveis, garantindo renda ao produtor. Segundo os autores, o consumo de alimentos locais também colabora para a diminuição da emissão de gases nocivos utilizados para transportar alimentos por longas distâncias e para o aumento da biodiversidade nas fazendas.

Segundo o estudo de Shi, Cheng, Lei, Wen, & Merrifield (2011) realizado na China que analisa as CSAs em um contexto de classe média crescente, o documento político mais importante de 2007 do governo central do país defende o fortalecimento de uma agricultura que promova mudanças sociais e ambientais, além do abastecimento alimentar.

Cox et al (2008) também tratam da contribuição das CSAs para o desenvolvimento rural, como uma importante implicação dessas iniciativas para as políticas sociais. Tais iniciativas possuem o potencial de criar mudanças sociais e a participação, por parte dos consumidores, pode significar apoio a lutas, causas sociais e ecológicas muito mais amplas e um movimento contrário às desigualdades sociais.

Segundo Sumner, Mair e Nelson (2010), as CSAs promovem o engajamento cívico e o envolvimento local para promover iniciativas ambientais, preservar a paisagem e biodiversidade rural através do poder comunitário. Também analisam, sob a ótica da literatura, o caráter de movimento social das CSAs que busca atender demandas e necessidades sociais por alimentos saudáveis, em uma perspectiva de justiça social. Para os autores, a cultura possui papel fundamental para manter hábitos alimentares e formas de produção tradicionais, contribuindo para a sustentabilidade, justiça e agroecologia.

A maior parte dos estudos, entretanto, analisa as implicações das CSAs sobretudo para as políticas de saúde pública. De acordo com Minaker et al. (2014), os canais utilizados pelos consumidores para a compra de alimentos relacionam-se diretamente com o comportamento alimentar e com o peso de cada indivíduo. Consumidores que participam de mercados agrícolas diretos estão expostos a mais frutas e verduras do que aqueles que compram em mercados onde há uma grande quantidade de produtos processados. Nesse estudo comprovou-se que a CSA está associada a uma melhora da dieta, com maior ingestão em quantidade e variedade de frutas e hortaliças.

A pesquisa norte americana de Allen, Rossi, Woods, & Davis (2017) também indica que as CSAs tem potencial de impactar os comportamentos alimentares e os resultados de saúde. Diversos pesquisadores e formuladores de políticas públicas consideram a CSA uma forma inovadora de arranjo econômico, que pode desempenhar papel importante em dissolver desertos alimentares<sup>7</sup> presentes, sobretudo, em áreas de baixa renda e analisam os

---

<sup>7</sup> Segundo o 12º Relatório da HPLE desertos alimentares são áreas em que o acesso à comida é restrito ou inexistente e o abastecimento é insuficiente ou não existe, obrigando os residentes a se deslocarem grandes distâncias para obter alimentos. Já pântanos alimentares são locais em que há um excesso de alimentos não saudáveis (processados e ultraprocessados) e pouca disponibilidade de alimentos saudáveis (HPLE, 2017).



efeitos de incentivos financeiros e a elaboração de políticas sociais para propagação das iniciativas.

Em 2011, os senadores Sanders, Gillibrand, Leahy e Tester propuseram, nos EUA, o *Community Supported Agriculture Promotion Act*, projeto de lei que prevê apoio financeiro para expandir as CSAs, já que possui papel positivo na nutrição pública (Cohen, Gearhart, & Garland, 2012). Segundo Tegtmeier e Duffy (2005) a importância das redes agroalimentares alternativas para reaproximação dos consumidores com a produção de alimentos vem sendo amplamente estudada e abordada em relevantes revistas acadêmicas nos Estados Unidos.

Esses estudos comprovam a importância em patrocinar e estimular redes agroalimentares alternativas por parte do poder público, como forma de contribuir para a saúde pública. Lea, Phillips, Ward e Worsley (2006) ao analisarem a literatura afirmam que para a melhora da nutrição da população é necessário integrar políticas de educação sobre produção de alimentos e alimentação saudável com estratégias de produção de alimentos locais apoiada pela comunidade, desenvolvendo uma nova política alimentar e de saúde. As CSAs, portanto, são uma forma de integrar e influenciar questões ligadas à saúde, ambiente e comunidade.

Lang, Barling e Caraher (2001), afirmam que o alimento reúne diversas áreas das políticas sociais e cabe aos elaboradores de políticas públicas adotarem um abordagem holística para a política alimentar, o que chamam de um “novo modelo ecológico de saúde pública”, em que as dimensões de saúde e ambiental, se unem a justiça social. Para isso, entretanto, é necessário explorar novos modelos e configurações de sistemas alimentares que atendam a esse padrão de crescente urbanização e que vinculem as dimensões social e ambiental nas políticas relacionadas ao alimento. O’Connor et al. (2017), afirma que os Estados devem regular práticas agrícolas de pequena escala autônomas e sustentáveis que sejam adaptadas às condições locais e baseiem-se no conhecimento da agricultura local, na inovação e em métodos agroecológicos como forma de garantir a SAN.

## **Capítulo 4 - Metodologia da pesquisa**

#### **4.1 Problemática e objetivos**

Com o objetivo central de identificar as principais motivações dos consumidores ao participarem de redes agroalimentares alternativas, especificamente as CSAs, em Brasília/DF/Brasil, a pesquisa propõe-se a compreender as implicações dessa participação para as políticas sociais no país. Como objetivos específicos, a pesquisa pretende analisar o caráter de movimento social e o papel de governança das CSAs, identificar suas contribuições para a promoção de sistemas alimentares saudáveis e para a SAN e compreender o impacto dessas comunidades para o desenvolvimento sustentável.

Através desses objetivos espera-se identificar as principais implicações dessas redes para política social no país e as sinalizações ao poder público que emanam delas. Por serem um dos pilares dos sistemas alimentares com poder para transformá-lo, a pesquisa pretende, portanto, destacar a perspectiva dos consumidores sobre essas redes.

#### **4.2 Método adotado**

Para responder à questão de partida: “Quais são as motivações dos consumidores ao decidirem aderir às CSAs e as implicações dessa participação para a política social no Brasil?” optou-se pela aplicação do método qualitativo de pesquisa através de entrevistas semiestruturadas. De acordo com Martins (2004), os métodos qualitativos de pesquisa são comumente utilizados para investigação de unidades sociais quando se pretende uma análise da totalidade do grupo. De acordo com a autora, um dos desafios dessa metodologia é a aproximação do investigador aos dados, que deve buscar o entendimento da realidade social estudada da forma mais completa possível. Para Bauer e Gaskell (2002, p. 65):

A entrevista qualitativa fornece os dados básicos para o desenvolvimento e compreensão das relações entre atores sociais e sua situação, sendo seu objetivo uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos.

#### 4.2.1 Entrevistas

A mobilização para participação dos coagricultores nas entrevistas foi feita através do Conselho de Ciências e Saberes da Rede CSA Brasília, que busca auxiliar pesquisadores no desenvolvimento de seus estudos. Também se contactou diretamente as CSAs ativas em Brasília/DF, por e-mail, aplicativos de mensagens on-line e grupos em redes sociais. O guião (anexo 1) utilizado como base para as entrevistas foi previamente submetido a um pré teste como forma de avaliar a qualidade e o entendimento das perguntas e identificar se o padrão de respostas obtidas atendia aos objetivos da pesquisa. A descrição dos pré testes realizados constam na tabela 1:

Tabela 1 - Descrição do pré-teste

Código	CSA	Ponto de convivência	Data	Duração	Aplicativo	Vídeo
Pré teste 1	Bindu	Fiocruz	28/10/2018	01:10	Skype	Não
Pré teste 2	Batata Doce	Prefeitura da quadra 412 norte	31/10/2018	00:35	Skype	Sim
Pré teste 3	Batata doce	Prefeitura da quadra 412 norte	02/11/2018	00:38	Skype	Sim

Elaboração própria

O pré teste foi realizado durante os meses de outubro e novembro de 2018 por aplicativos Skype e tiveram duração média de 00:47min. O primeiro pré teste foi realizado com coagricultor da CSA Bindu, cujo o ponto de convivência está instalado na Fundação Oswaldo Cruz<sup>8</sup> em Brasília. As outras 2 entrevistas de avaliação do guião foram realizadas com coagricultores da CSA Batata Doce, cujo ponto está instalado na Prefeitura da quadra 412 norte<sup>9</sup>. Após a aplicação dos pré testes, os trechos foram categorizados por tema discutido e as adaptações necessárias ao melhor entendimento das perguntas formuladas foram efetuadas.

A aplicação das entrevistas, já com o roteiro definitivo, ocorreu durante os meses de novembro de 2018 e fevereiro de 2019 conforme tabela 2:

8 Vinculada ao Ministério da Saúde e a mais importante instituição em ciência e tecnologia em saúde da América Latina, visa promover a saúde e o desenvolvimento social (Fiocruz, 2019).

9 Brasília, capital federal do Brasil, inaugurada em 1960 e projetada pelo urbanista Lucio Costa, tem em seu plano urbanístico a divisão do Plano Piloto em asas norte e sul, que são subdivididas em quadras residenciais e comerciais numeradas.

**Tabela 2 - Descrição entrevistas**

<b>Código</b>	<b>CSA</b>	<b>Ponto de convivência</b>	<b>Data</b>	<b>Duração</b>	<b>Aplicativo</b>	<b>Vídeo</b>
E1	Deusa da Abundância	Clubeterapia 713/913 sul	30/11/2018	01:09	Skype	Sim
E2	da Florestta	CRAS Areal	30/11/2019	00:54	Skype	Não
E3	Doce Vita	Escola Vivendo e Aprendendo	30/11/2019	00:46	Facetime	Sim
E4	Madre Terra	Escola Vivendo e Aprendendo	02/12/2019	00:39	Skype	Sim
E5	Madre Terra	Escola Vivendo e Aprendendo	03/12/2018	01:06	Skype	Sim
E6	Verde que te quero verde	Praça da 706 sul	03/12/2018	01:02	Google HangOut	Sim
E7	da Florestta	CRAS Areal	03/12/2018	01:36	Skype	Sim
E8	Cestas da Reforma Agrária	Ponto distribuição do MST 712 norte	12/12/2018	01:15	Skype	Sim
E9	Aldeia Altiplano	Ecovila Aldeia do Altiplano	19/12/2018	01:17	Skype	Sim
E10	Madre Terra	Escola Vivendo e Aprendendo	20/12/2018	00:53	Skype	Sim
E11	Gaspar Martins	Centro Público de Economia Solidária	08/02/2019	01:05	Skype	Sim

Elaboração própria

A amostra se dividiu entre 8 diferentes CSAs (Deusa da Abundância, da Florestta, Doce Vita, Madre Terra, Verde que te quero verde, Cestas da Reforma Agrária, Aldeia Altiplano e Gaspar Martins) com pontos de convivência em escolas, espaços públicos e privados, em associações e em equipamentos públicos da assistência social. As entrevistas foram realizadas por plataformas de comunicação de voz e vídeo on-line como Skype, Facetime e Google HangOut e tiveram duração média de 1h03min e variaram entre 39min e 1h36min.

A literatura revisada por Iacono, Symonds e Brown (2016) sobre a aplicação de entrevistas por meios digitais identifica que as tecnologias e plataformas de comunicação on line estão, cada vez mais, sendo utilizadas no auxílio à pesquisa, por tornarem-as mais democráticas, reduzindo custos e tempo para operacionalização. De acordo com Janghorban, Roudsari e Taghipour (2014), os meios digitais tem se popularizado como uma alternativa metodológica em pesquisas qualitativas. Os autores afirmam que aplicativos como Skype podem ser mais convenientes aos entrevistados por possibilitarem maior flexibilidade, incentivando uma maior adesão à pesquisa e proporcionando experiências semelhantes às entrevistas presenciais. Entretanto, critérios como acesso a internet de alta velocidade, familiaridade em comunicação on line e alfabetização digital dos entrevistados devem ser atendidos para o sucesso da pesquisa. Hanna (2012) relata benefícios na aplicação de entrevistas por meio de aplicativos de vídeo e voz on line. A diminuição dos impactos ambientais, já que não obriga entrevistador e participantes a se deslocarem para realização da pesquisa e a vantagem de ambas as partes sentirem-se a vontade no local onde a entrevista é realizada são argumentos favoráveis a utilização dos meios digitais. O autor, entretanto, relata que problemas com conexão e falhas técnicas podem resultar em adiamentos ou até em cancelamentos.

Ao final das entrevistas os participantes foram indagados acerca de suas opiniões sobre a realização da pesquisa por meios digitais. Nenhum entrevistado relatou

qualquer dificuldade ou inconveniente e de maneira geral exprimiram a sensação de proximidade proporcionada pelo vídeo e a facilidade no agendamento da conversa, já que podiam optar pelo melhor horário e local para a realização. Apenas uma entrevistada não se sentiu à vontade para a utilização do vídeo, o que foi devidamente respeitado pela pesquisadora. E3 (32, F) relatou a percepção de proximidade trazida pelo uso do vídeo: “foi ok, eu até esqueci que você está a tantos quilômetros de distância, pareceu bem próximo.”

Segundo Janghorban, Roudsari e Taghipour (2014), as questões éticas envolvidas em pesquisas realizadas por plataformas digitais devem ser as mesmas consideradas nas entrevistas presenciais. O código de ética para investigações da ISA - International Sociological Association (2001) considera a imparcialidade por parte do pesquisador e a discussão aberta das hipóteses da pesquisa importantes para um resultado isento. A associação também traz a importância da manutenção do anonimato, privacidade e sigilo das fontes e da obtenção do consentimento prévio dos participantes, assim como em entrevistas presenciais. Para essa pesquisa, os áudios das entrevistas foram gravados, com a obtenção do consentimento dos entrevistados e posteriormente transcritos para que fossem usados excertos das falas na análise interpretativa dos dados. Os entrevistados foram enumerados para garantir e preservar o anonimato (tabela 2) e os áudios arquivados em segurança para preservação dos dados. Seguindo a orientação do código de ética da ISA, os resultados serão compartilhados com os participantes da pesquisa ao final do trabalho por meio da Internet através de material apropriado. Como a pesquisa em política social possui interesse nas experiências e perspectivas dos beneficiários envolvidos, é necessário garantir o envolvimento desses atores nas reflexões propostas pelo estudo (ISA, 2001).

As entrevistas foram divididas em 3 blocos de perguntas. O primeiro teve como objetivo caracterizar o coagricultor e recolheu dados relacionados ao perfil socioeconômico como idade, sexo, local de residência, nível de escolaridade, ocupação profissional, composição familiar, tempo de participação na comunidade, informações sobre a cota mensal paga e acordos realizados entre os membros. Buscou-se também compreender as percepções sobre a CSA de cada entrevistado.

No segundo bloco foram elaboradas questões relacionadas às motivações para a adesão à comunidade e as influências da CSA na mudança de hábitos.

Por fim, o terceiro bloco abordou as implicações da participação na CSA para a SAN e outras áreas relacionadas à política social no Brasil, as contribuições da CSA para a promoção de sistemas alimentares saudáveis, seu impacto para o desenvolvimento sustentável e para o bem-estar, na perspectiva do consumidor, além de seu caráter de resistência e de

movimento social. O guião utilizado na aplicação das entrevistas pode ser consultado no anexo 1.

#### **4.2.2 Definição Amostra e Procedimentos De Amostragem**

A escolha por Brasília deu-se por essa ser a cidade com maior número de CSAs em funcionamento atualmente no Brasil. No momento da realização dessa pesquisa, havia 22 comunidades ativas em Brasília/DF com uma estimativa de 400 a 600 de cotas, que são os pagamentos mensais feitos pelos coagricultores aos agricultores em troca de uma cesta semanal com os alimentos cultivados por aquela CSA. No Brasil estima-se, de acordo com a Rede CSA Brasil, que haja em torno de 100 CSAs em atividade que impactam mais de 15.000 coagricultores no país.

A pesquisa foi aplicada a uma amostra não probabilística de coagricultores pertencentes as CSAs em funcionamento em Brasília, que demonstraram interesse voluntário em participar do estudo. Para se alcançar uma amostra representativa, que de acordo com Bauer e Gaskell (2002, p.42), deve-se conseguir “a melhor descrição possível de uma parte da população, apesar de se investigar apenas uma parte dela”, foi utilizada a técnica de amostragem por saturação, que consiste na suspensão de inclusão de novos participantes quando os dados obtidos passam a apresentar repetição, não sendo relevante continuar a coleta de dados (Fontanella, et al., 2011).

Os procedimentos para constatação da saturação da amostra foram baseados nos apresentados por Fontanella, et al., (2011) e se dividiram em 5 etapas. Primeiramente foram obtidos os dados brutos, áudios e vídeos, para que fossem realizadas as transcrições das falas. No segundo passo, os registros em áudio e as transcrições foram submetidos à análise, buscando-se identificar trechos que abordassem reflexões dos entrevistados relacionadas ao objeto de estudo. A próxima etapa foi a codificação e denominação dos dados. Na quarta etapa, os enunciados encontrados foram alocados em uma tabela, com o objetivo de constatar a distribuição dos temas e enunciados nas entrevistas realizadas. A última etapa pretendeu constatar a saturação da amostra. As ocorrências dos temas e enunciados foram repetindo-se e o surgimento de novas ideias cessaram. Nesse momento encerrou-se a realização de novas entrevistas. Pode-se resumir, portanto, as 5 fases em: obtenção dos dados brutos, análise dos dados das entrevistas, denominação dos temas/categorias, distribuição dos temas entre os entrevistados e constatação da saturação.

A pesquisa aplicada até a constatação da saturação da amostra contou com a participação de 11 entrevistados de 8 diferentes CSAs de Brasília/DF com particularidades distintas e coagricultores de perfis e interesses diversos, para que fosse possível obter uma maior variedade de ideias e temas abordados.

Na tabela 3 apresenta-se os principais dados de cada entrevistado como sexo, faixa etária e composição familiar, e as informações básicas sobre suas CSAs como nome, local do ponto de convivência e cota aderida. Como ao longo do trabalho serão utilizados trechos das falas dos participantes, a tabela 3 busca facilitar a consulta dos dados que caracterizam cada um dos participantes. As transcrições dos áudios serão apresentadas ao longo desse trabalho com a identificação numérica do entrevistado, juntamente com a idade e sexo (F ou M) entre parênteses.

**Tabela 3 - Dados relevantes da amostra**

<b>Código</b>	<b>CSA</b>	<b>Ponto de convivência</b>	<b>Data</b>	<b>Duração</b>	<b>Aplicativo</b>	<b>Vídeo</b>
E1	Deusa da Abundância	Clubeterapia 713/913 sul	30/11/2018	01:09	Skype	Sim
E2	da Floresta	CRAS Areal	30/11/2019	00:54	Skype	Não
E3	Doce Vita	Escola Vivendo e Aprendendo	30/11/2019	00:46	Facetime	Sim
E4	Madre Terra	Escola Vivendo e Aprendendo	02/12/2019	00:39	Skype	Sim
E5	Madre Terra	Escola Vivendo e Aprendendo	03/12/2018	01:06	Skype	Sim
E6	Verde que te quero verde	Praça da 706 sul	03/12/2018	01:02	Google HangOut	Sim
E7	da Floresta	CRAS Areal	03/12/2018	01:36	Skype	Sim
E8	Cestas da Reforma Agrária	Ponto distribuição do MST 712 norte	12/12/2018	01:15	Skype	Sim
E9	Aldeia Altiplano	Ecovila Aldeia do Altiplano	19/12/2018	01:17	Skype	Sim
E10	Madre Terra	Escola Vivendo e Aprendendo	20/12/2018	00:53	Skype	Sim
E11	Gaspar Martins	Centro Público de Economia Solidária	08/02/2019	01:05	Skype	Sim

Elaboração própria

A análise do conteúdo foi feita manualmente no Excell. Após as transcrições das entrevistas, os textos passaram por um processo interpretativo e os principais trechos das falas de cada entrevistado correspondentes aos temas identificados foram categorizados em planilhas. A tabela 4 destaca incidência dos temas em cada entrevista e comprovação da saturação da amostra:



Tabela 4 - Saturação da amostra

	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	Incidência
<b>Impactos na saúde</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>11</b>
Educação alimentar	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	11
Mais saúde	x	x	x	x	x	x	x	x	x			9
<b>Fortalecimento produção local</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>11</b>
Compromisso com a produção rural	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	11
Valorização do pequeno agricultor	x		x		x	x	x	x	x	x	x	9
Comércio local, justo e responsável	x	x		x	x	x	x	x				7
Comércio livre dos atravessadores	x			x		x						3
Garantia de mercado				x				x		x		3
Acesso à terra	x											1
<b>Fortalecimento da comunidade</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>11</b>
Socialização (bonding e confiança)	x	x	x	x	x		x		x	x		8
Solidariedade		x		x			x	x	x		x	6
Empoderamento comunitário					x	x	x			x	x	5
<b>Diminuição impactos ambientais</b>	<b>X</b>	<b>X</b>			<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>9</b>
Diminuição lixo doméstico	x				x	x	x	x			x	6
Respeito à sazonalidade	x	x			x					x		4
Combate ao desperdício alimentar	x				x			x	x			4
Preservação do solo e fontes hídricas: produção orgânica e agroflorestal	x						x	x			x	4
<b>Resistência: comer é um ato político</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>		<b>X</b>	<b>10</b>
Crítica: ampliar acesso	x	x			x		x	x	x		x	7
<b>Aparecimento novos temas</b>	<b>14</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	

Elaboração própria

Com a tabela 4 demonstra-se a distribuição dos temas abordados entre os participantes, o aparecimento de novos temas em cada entrevista realizada e a incidência de cada um dos tópicos abordados. Os 4 grandes temas levantados (Fortalecimento da comunidade, Impactos na saúde, Diminuição dos impactos ambientais, Fortalecimento da produção local e Resistência: comer é um ato político) foram subdivididos em conteúdos relacionados. Esse procedimento foi adotado para agrupar ideias convergentes narradas pelos entrevistados e destrinchar detalhadamente a forma como os temas principais apareceram.

Todos os participantes relataram os impactos positivos da CSA na saúde a partir de 2 subtemas: a importância da CSA na educação alimentar dos membros e a busca por saúde através da alimentação - Mais saúde.

O fortalecimento da produção local foi também abordado por todos os participantes e subdividiu-se da seguinte forma: Compromisso com o desenvolvimento rural,

Valorização do agricultor, Comércio local, justo e responsável, Comércio livre de atravessadores, Garantia de mercado e Acesso à terra.

O fortalecimento da comunidade foi abordado por todos os entrevistados através de reflexões referentes à socialização, à solidariedade e ao empoderamento comunitário.

Já os impactos da CSA na diminuição dos danos da produção alimentar ao ambiente foram tratados por 9 entrevistados através de subtemas denominados como: diminuição do lixo doméstico, respeito à sazonalidade, combate ao desperdício alimentar, preservação do solo e fontes hídricas, produção orgânica<sup>10</sup> e agroflorestal.

Um dos objetivos específicos do trabalho é identificar o possível caráter de movimento social e de governança das CSAs. O tema foi abordado no terceiro bloco da entrevista e trouxe como reflexão o papel político do ato de comer e de resistência ao modo convencional de produzir e distribuir alimentos. Uma mesma crítica ao modelo foi feita por 7 entrevistados: a necessidade de se ampliar o acesso as CSAs.

A efetividade das perguntas elaboradas para guiarem o diálogo com os participantes foi comprovada pelo aparecimento de 14 subtemas diferentes na primeira entrevista. No geral, as ideias apresentadas repetiram-se e foram constatadas apenas a incidência de novos pressupostos como Solidariedade, Garantia de Mercado e Empoderamento comunitário apenas nas falas de E2 (33, F), E4 (34, F) e E5 (37, F) respectivamente.

---

<sup>10</sup> De acordo com Regulamento (CE) n.º 834/2007 do Conselho Europeu, agricultura orgânica “é um sistema global de gestão das explorações agrícolas e de produção de gêneros alimentícios que combina as melhores práticas ambientais, um elevado nível de biodiversidade, a preservação dos recursos naturais, a aplicação de normas exigentes em matéria de bem-estar dos animais e método de produção em sintonia com a preferência de certos consumidores por produtos obtidos utilizando substâncias e processos naturais.”

## **Capítulo 5 - Análise e discussão dos resultados**

## 5.1 Caracterizando a amostra: quem é coagricultor em Brasília?

Este capítulo analisa e discute os dados recolhidos com a investigação. A tabela 5 apresenta, de forma sintética, a caracterização da amostra estudada, com a distribuição dos dados socioeconômicos. Nessa mesma tabela também foram apresentados os dados relacionados ao tipo de cota aderida, ao tempo de participação na CSA e ao valor das cotas mensais dos entrevistados. As informações constantes na tabela 5 serão analisadas nesse e no tópico 5.1.1 desse trabalho.

Tabela 5 - Caracterização da amostra

<b>Idade</b>				
faixa 20 - 30	faixa 30 - 40	faixa 40 - 50	faixa 50 - 60	Faixa 60 - 70
9%	55%	9%	18%	9%
<b>2. Sexo</b>				
Feminino	Masculino			
73%	27%			
<b>Local de residência</b>				
Alta renda	Médi-alta renda	Média-baixa renda		
63%	18%	18%		
<b>Escolaridade</b>				
Superior Completo	Pós Graduação			
36%	64%			
<b>Ocupação Profissional</b>				
Servidor Público	Outro	Aposentado		
64%	27%	9%		
<b>Composição familiar</b>				
Casal com 1 filho	Casal com 2 filhos	Casal com 3 filhos	Casal	Monoparental (feminino)
18%	27%	9%	27%	18%
<b>Cota CSA*</b>				
Meia	Inteira			
73%	27%			
<b>Tempo de participação</b>				
até 11 meses	12 - 23meses	24 - 35 meses	36 meses ou +	
9%	64%	18%	9%	
<b>Valor Cota **</b>				
Média	Variação			
R\$283	R\$ 160 a R\$ 320			

\*Alguns coagricultores compartilham a cesta semanal com outra família, dividindo o valor mensal. Há CSAs que disponibilizam a adesão à meia cota.

\*\* Valor da cota mensal integral referente a 4 cestas semanais.

Elaboração própria

Com uma amostra de 11 coagricultores de 8 CSAs diferentes em Brasília, as constatações sobre as características desses grupos indicam um perfil bastante homogêneo de participantes. Identificou-se que grande parte da amostra estudada reside em áreas de alta renda domiciliar se comparado com a renda domiciliar média do brasileiro e possui nível de escolaridade elevado. Também se constatou uma forte participação de famílias jovens, sem filhos ou com crianças e a responsabilidade da mulher na alimentação familiar.

Com relação à idade, 9% dos entrevistados estão na faixa etária de 20 a 30 anos, 55% estão na de 30 a 40 anos, 9% de 40 a 50 anos, 18% na faixa de 50 a 60 e 9% com mais de 60.

73% dos entrevistados são do sexo feminino, contra 27% do sexo masculino, confirmando o padrão familiar brasileiro em que as mulheres são responsáveis não só pelo preparo das refeições, mas também pela obtenção dos suprimentos alimentares. FAO (2003) considera que "as mulheres desempenham um papel fundamental na capacidade da família de conseguir alimentos suficientes de maneira regular e sustentável." O relatório também reconhece "as funções diferentes, porém complementares, que homens e mulheres desempenham nas atividades produtivas que formam a base da economia familiar".

Também se identificou nas falas de algumas entrevistadas<sup>11</sup> as questões de gênero relacionadas à alimentação doméstica. E8 (31, F) relata que a CSA impactou mais seu próprio comportamento de consumo alimentar do que o do seu companheiro, já que ela é responsável pela participação na CSA:

Tem uma diferença de que como a coagricultora sou eu, não é meu companheiro, essas coisas que eu pontuo vieram muito para mim e pouco para ele. Então, o [nome do companheiro] precisa ir no mercado comprar pão, às vezes veio na cesta batata doce, aí ele vai lá, passa no supermercado e compra as mesmas coisas.

Já E1 (48, F) aborda como a falta de distribuição da responsabilidade sobre a alimentação familiar afeta a rotina alimentar:

Então enfim, você vive uma realidade alimentar onde ter 1/3 da população obesa é uma consequência lógica dessa desestruturação da sociedade. Como

---

<sup>11</sup> Citado por E1, E8 e E9

um todo, porque as mulheres, não estou sendo sexista, mas é só um fato cultural, elas deixaram de cozinhar para fazer uma oposição. Essa coisa de cozinhar não é de mulher, então estou de saco cheio. Outras porque acham chique dizer que não cozinham porque coloca-as numa esfera diferenciada, odeio cozinhar, na negação do papel, função antiga delegada somente ao feminino. O homem também não cozinha porque não tem a cultura disso. [...] Tem uma cozinheira aqui [Brasil], chama-se Rita Lobo, que é a única pessoa que trabalha a comida como uma questão de família. [...] ela trabalha sempre nesse ponto de vista de que a alimentação é da família inteira, a cozinha é família.

Um dos entrevistados do sexo masculino apresentou em sua fala questões que confirmam a responsabilidade das mulheres na alimentação familiar. E10 (36, M), não soube responder a perguntas sobre o valor da cota e acordos realizados no âmbito da CSA, relatando que foi a esposa a responsável pela assinatura do termo de compromisso e quem realiza os pagamentos mensais.

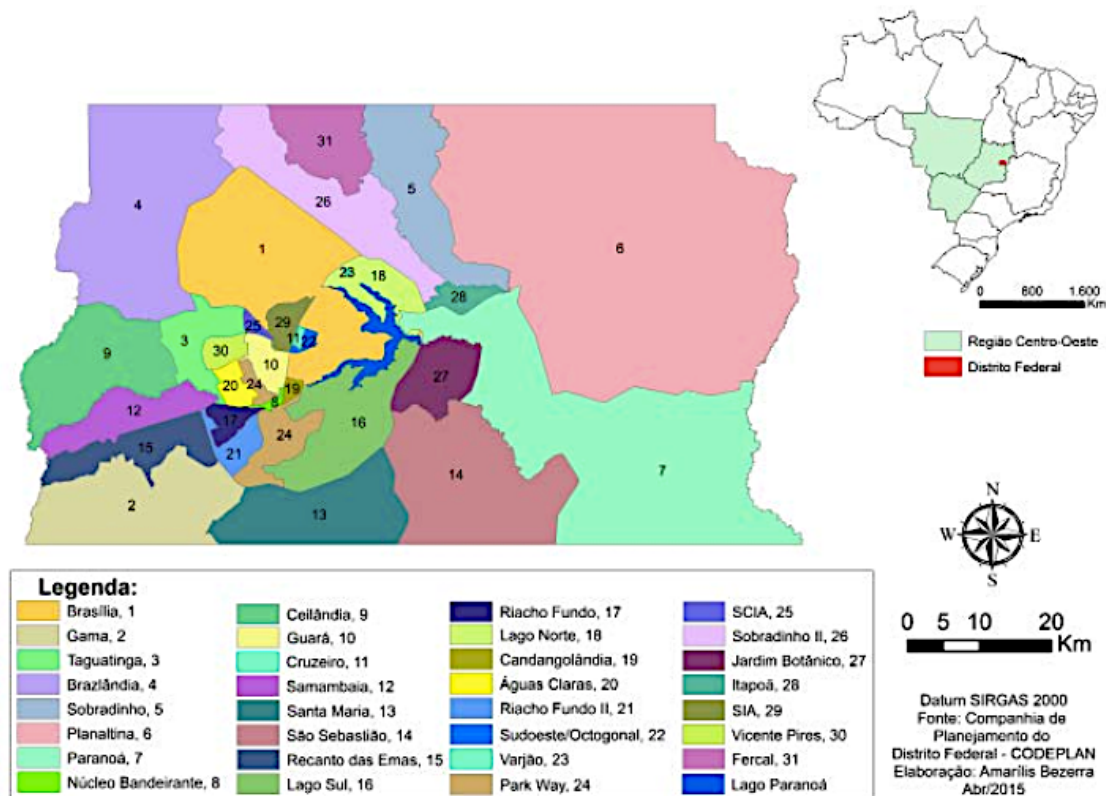
Quanto ao local de residência, a amostra da pesquisa dividiu-se entre 6 regiões administrativas<sup>12</sup> do Distrito Federal. 63% dos entrevistados residem nas regiões do Plano Piloto, Lago Norte e Jardim Botânico. Essas três localidades integram o Grupo de Alta Renda (renda domiciliar acima de R\$10.000,00), de acordo com a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD/DF-2015. 18% reside em Águas Claras, região pertencente ao Grupo Média-Alta Renda (renda domiciliar entre R\$5.000,00 e R\$10.000,00); 9% no Paranoá e 9% em Santa Maria, regiões integrantes do Grupo Média-Baixa Renda (renda domiciliar entre R\$2.500,00 e R\$5.000,00) (PDADDF – 2015, 2016). De acordo com o IBGE, a renda familiar domiciliar per capita no Brasil foi de R\$ 1.373 em 2018. O DF apresentou a maior média, com rendimento domiciliar per capita de R\$2.460, quase o dobro da média do país (IBGE, 2018)

O mapa a seguir apresenta a localização das Regiões Administrativas do DF:

---

<sup>12</sup> O Distrito Federal possui 31 regiões administrativas, compreendendo Brasília, capital federal do Brasil e comumente usada como sinônimo de Distrito Federal.

Figura 4 - Mapa Localização Regiões Administrativas do Distrito Federal/Brasil



Fonte: Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN

Analisando a escolaridade da amostra investigada, todos os entrevistados possuem ensino superior completo, sendo que 64% desses possuem cursos de pós-graduação. Já em relação à realidade do Distrito Federal, 18,74% da população possui ensino superior completo, incluindo especializações, mestrados e doutorados (PDADDF – 2015, 2016). A média nacional é de 15,7% da população com ensino superior completo (IBGE, 2017).

No que se refere à ocupação profissional, 64% dos entrevistados desempenham funções na administração pública federal ou distrital, 27% ocupam funções relacionadas com o terceiro setor ou entidades sindicais e 9% são aposentados. No Distrito Federal, 13,6% da população exerce atividades no setor público federal e distrital, segundo a PDADDF – 2015 (2016).

A composição familiar identificada na amostra estudada foi de 18% de casais com 1 filho, 27% de casais com 2 filhos, 9% de casais com 3 filhos, 27% de casais sem filhos e 18% de monoparentais femininos<sup>13</sup>. Comparando com a distribuição da população por

<sup>13</sup> Na amostra só foram encontrados casos de famílias monoparentais femininas derivadas de divórcio ou separação em que as mães possuem a guarda na maior parte do tempo.

arranjos domiciliares no Distrito Federal, 18,9% de casais com 1 filho, 17,6% de casais com 2 filhos, 7,4% de casais com 3 filhos, 16,5% de casais sem filhos e 18,1% de monoparentais femininos (PDAD/DF-2018, 2018).

### **5.1.1 Coagricultores e suas CSAs: observações**

No primeiro bloco da entrevista, além dos dados socioeconômicos, pretendeu-se obter informações sobre as CSAs a partir das percepções individuais de cada pesquisado, com o objetivo de compreender seu funcionamento, acordos e dinâmicas. Um achado relevante foi a influência da CSA nas mudanças do comportamento alimentar. Os participantes salientaram a importância dos acordos realizados entre os membros, evidenciando o compromisso com a comunidade e com a produção limpa de alimentos saudáveis. Pouco mais da metade da amostra relatou boa interação no ponto de convivência. Um fato que se relaciona com a grande participação de famílias jovens com crianças foi o destaque dado ao papel pedagógico da CSA na promoção de Educação Alimentar e Nutricional.

Mesmo com composições familiares distintas, 73% dos entrevistados consomem meia cesta semanal de alimentos e 27% consomem a cota inteira. Um dos motivos constatado para adesão à meia cota é a abundância de alimentos, como comprovado pela fala de E10 (36, M):

A gente agora está em um esquema de todo dia almoçar em casa, também para utilizar os alimentos da CSA para tentar não deixar nada sobrar. Fazemos todas as refeições em casa e às vezes ainda sobra. [...] A cota inteira era muita coisa pra gente. A meia cota se a gente não se organizar direitinho sobra, é bem farta a cota da nossa CSA. A nossa são 10 itens, vem as frutas, coisas da estação.

Allen, Rossi, Woods & Davis (2017) encontraram mudanças significativas no comportamento alimentar dos membros de CSAs e resultados positivos nas condições de saúde. Entre as mudanças destacam-se o aumento do consumo de vegetais, a diminuição de refeições feitas fora de casa e do consumo de alimentos processados. A pesquisa observa que refeições realizadas em restaurantes possuem porções maiores e são mais calóricas. No Brasil, apenas 35,2% da população consome frutas e hortaliças regularmente, sendo esse percentual



menor em homens do que em mulheres. Já no DF, maior que média nacional, 49,8% consomem esses alimentos com regularidade (Brasil, 2016).

Quanto ao valor mensal da cota inteira, variou entre R\$160,00 e R\$320,00 e com média de R\$283 ou R\$142,00 para meia cota. E11 (28, M), participante da CSA com menor valor de cota inteira entre todas as CSA participantes, explica o motivo:

A CSA Gaspar Martins ela tem um diferencial, a gente tem cada vez mais pensado nessa perspectiva de inserir a CSA na lógica da Reforma Agrária, de conseguir alimentar a preço popular, por isso o preço não pode ir lá pra cima.

Vale ressaltar que o valor do salário mínimo aprovado para 2019 no Brasil é de R\$998 e que o valor da cesta básica de alimentos, que não inclui alimentos frescos, em fevereiro de 2019 no DF, é de R\$427,54 (DIEESE, 2019). É importante criar formas de incentivar o consumo de frutas e hortaliças que sejam adequadas à realidade econômica da população brasileira. Um dos desafios desses sistemas alimentares alternativos e inovadores trazidos pela literatura é criar formas de comercialização que incluam todos os custos ambientais, sociais e econômicos e que, ao mesmo tempo, garantam a SAN dos consumidores e sejam acessíveis a todos. Sem a concretização de todos esses valores, o consumo de alimentos locais provenientes de cadeias justas e curtas tendem a se tornar um mero “fetiche viável somente a consumidores com mais recursos” (Connelly, Markey, & Roseland, 2011, p. 314), reforçando a dinâmica de poder e privilégio que caracteriza muitos dos mercados e iniciativas de comercialização de alimentos direta.

Já em relação ao tempo de participação na comunidade, 9% dos entrevistados participam há menos de 1 ano da comunidade, 64% há mais de 1 ano, 18% há mais de 2 anos e 9% há mais de 3 anos.

Nesse primeiro bloco, os participantes também foram indagados sobre os acordos realizados entre os membros da comunidade e sobre a interação nos pontos de convivência. Um dos princípios da CSA é o compromisso com a produção de alimentos e para sua garantia é acordado, entre os participantes e o produtor, um tempo mínimo de participação como forma de assegurar previsibilidade e estabilidade à produção que cada comunidade apoia. Os coagricultores<sup>14</sup> relataram a existência de termos de compromisso, cartas ou informes, que

---

<sup>14</sup> Citado por E3, E4, E5, E6, E7, E9, E10

embora não tenha nenhuma validade jurídica ou de penalidade, firma o acordo entre os membros. De acordo com E5 (37, F):

Tem esse termo que a gente assina anualmente com o valor da cota. Aí se você quer sair, ou se precisa colocar [trocar para] meia cesta, tem que ter outra pessoa para te substituir ou colocar no lugar, para não ter o impacto financeiro na CSA. Então, a gente tem esse acordo.

O tempo mínimo de permanência varia de 6 meses a 1 ano e em alguns casos pressupõe a substituição por outro coagricultor em caso de interrupção da participação. DeMuth, (1993) ressalta que no modelo CSA todos membros compartilham a responsabilidade no desenvolvimento de uma produção de alimentos que seja mais justa socialmente. E1 (48, F), no trecho a seguir, relata a importância do compromisso, que está intrínseco à participação, para a estabilidade do agricultor:

É um tempo curto, mas é um tempo necessário para que a pessoa [agricultor] possa se programar para ter uma organização no seu plantio, no processo de colheita, o que vai plantar, ter insumos para poder manter o ciclo andando. Então é um contrato semestral.

O risco compartilhado é uma importante característica da CSA. Segundo Shi, Cheng, Lei, Wen & Merrifield (2011), com os riscos divididos entre os membros da comunidade, os agricultores possuem acesso ao capital para operacionalizar a produção e os membros suportam a atividade agrícola juntamente com o produtor. Ao ter todos os riscos compartilhados com a comunidade que será abastecida pelos alimentos provenientes de sua produção, o produtor elimina as imprevisibilidades causadas pelo trabalho sazonal, cuja uma má colheita ou um incidente climático pode significar a falência da atividade agrícola de uma propriedade rural (Kaltsas, 2015).

Um dos elementos fundamentais da CSA é o ponto de convivência. É lá onde os membros da comunidade encontram-se semanalmente, em um horário estabelecido, para o recolhimento de suas parcelas da produção. O ponto de convivência proporciona interação entre a comunidade, estimulando a socialização e o fortalecimento comunitário. É comum os coagricultores se organizarem voluntariamente para ajudar na montagem e distribuição das cestas.

Esta investigação revela que os pontos de convivência ocupam espaços com diversas particularidades e apresentam diferentes graus de convívio entre os participantes. Encontraram-se pontos de convivência em escolas, espaços públicos e privados, em associações e em equipamentos públicos da assistência social.

Alguns entrevistados<sup>15</sup> relataram uma boa interação entre os membros no local da entrega dos alimentos. E1 (48, F) relata o seguinte:

Esse ponto especificamente é um ponto em que, de fato, as pessoas vão lá meio que *ufa* [no vídeo faz o movimento de soltar os braços e pescoço como se estivesse relaxando]. Deixa eu sentar, tomar um cafezinho e comer um bolinho, comer um pãozinho de queijo. É uma troca muito gostosa. Troca de experiência, troca de vida. É um espaço muito acolhedor proporcionado pela Deusa [agricultora] exatamente por esse acolhimento que ela sempre dá para todos. Várias pessoas já se dispuseram a fazer algum tipo de trabalho voluntário para fazer com que as coisas acontecessem em termos financeiros, então tem quem organiza financeiramente e assim vai. É um ponto de acolhimento.

Um ponto de convivência relevante na amostra estudada situa-se dentro de uma escola particular: 4 dos 11 entrevistados tinham seus pontos de convívio na Escola Vivendo e Aprendendo. As escolas são espaços favoráveis à formação de hábitos saudáveis e construção da cidadania (Brasil, 2006) e a influência do convívio escolar na interação da CSA pode ser exemplificada pelo trecho da entrevista de E5 (37, F):

Mas isso já está dado na escola [a CSA], as crianças já sabem, as crianças às vezes pegam a cenoura crua, termina a aula e já estão ali comendo a cenoura. As crianças já sabem o dia que chega a cesta, tem um envolvimento da própria escola, tanto dos funcionários, dos educadores, das famílias. E esse espaço de convivência é fundamental, porque a gente consegue se organizar melhor, no dia que um não consegue pegar a cesta, o outro pega. Quando a escola está de férias, a gente vai pra um salão de festa, ou pra casa de alguém que é da escola, que coordena também o trabalho. Então, a centralidade da relação que já é bem favorável na Vivendo [escola], acaba propiciando esse clima mais acolhedor para a CSA.

---

<sup>15</sup> Citado por E1, E2, E4, E5, E9, E10

Outros relatam pouca interação<sup>16</sup> em seus pontos de convivência, como constatado na fala de E6 (54, F):

Não tem uma coisa de todo mundo ficar lá conversando, algumas pessoas conversam, outras vem rapidinho e vão embora, muita gente doa a cesta porque não teve tempo de ir pegar, eu acho isso bem ruim, de ficar acontecendo sistematicamente, porque você meio que quebra a perna do sistema. Não é o melhor, eu sei que tem várias outras que o ponto de encontro funciona super bem. Chama ponto de convivência aqui [em Brasília], e a minha não é um ponto de convivência.

De acordo com a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD-2018 (2018), a população do Distrito Federal possui um engajamento social pouco expressivo. Apenas 3,25% dos habitantes participam de sindicatos e associações; 19,85% dos pais participam das atividades nas escolhas de seus filhos e 0,37%, somente, utilizam os espaços da escola para se reunirem ou realizarem atividades extraclasse. Em contrapartida, na amostra estudada, 55% declararam boa interação com os outros membros da CSA durante os encontros semanais no ponto de convivência, contra 45% que não demonstraram em suas falas engajamento dos coagricultores nas atividades comunitárias. Henderson e Van En (2007, p.15) salientam o empoderamento comunitário propiciado pela CSA ao afirmarem que essas redes estimulam o engajamento social, capacidade que vem se perdendo no mundo moderno.

## **5.2 Motivações dos coagricultores para aderirem as CSAs em Brasília**

No segundo bloco de perguntas das entrevistas discutiu-se as motivações dos coagricultores ao aderirem a CSAs. A tabela 6 apresenta a distribuição das motivações relatadas por cada entrevistado, assim como a incidência de cada um dos temas e subtemas relacionados.

Constatou-se que as motivações dos entrevistados se referiram aos impactos da CSA na saúde, no fortalecimento da produção local, na preservação ambiental e no fortalecimento da comunidade. Quanto à saúde, os entrevistados manifestaram como motivação para aderirem à CSA a busca por alimentos limpos, já que o sistema agrícola industrial não os garante na gôndola do mercado. Também citaram o aumento da diversidade alimentar como motivação para participação, destacando o papel de EAN das CSAs.

---

<sup>16</sup> Citado por E3, E6, E7, E8, E11

As motivações manifestadas pelos pesquisados em relação ao fortalecimento da produção local ressaltaram a valorização da agricultura tradicional proporcionada pela CSA. Além de garantir a SAN da comunidade, o pequeno produtor preserva a biodiversidade, hábitos alimentares e o ambiente, ao contrário da agricultura baseada na monocultura. Mais uma vez o compromisso com a produção de alimento propiciado pela CSA foi tratado, dessa vez na forma de motivação para participação na comunidade.

A amostra também trouxe como motivação para participação na CSA a oportunidade de vivenciar práticas mais conscientes de consumo, de combater o desperdício alimentar ao comer localmente e ampliar as relações interpessoais. O capital social proporcionado por essas redes, favorecem o engajamento social e a troca de conhecimentos.

Por último, o ato político de comer e o papel de resistência da participação na CSA foram também citados como motivações para participação, comprovando a alternatividade dessas redes.

Tabela 6 - Principais motivações abordadas

	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	Incidência
<b>Impactos na saúde</b>	<b>X</b>		<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>			<b>8</b>
Mais saúde	x			x	x	x	x	x	x			7
Educação alimentar			x				x					2
<b>Fortalecimento produção local</b>	<b>X</b>	<b>X</b>		<b>X</b>		<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>		<b>8</b>
Valorização do pequeno agricultor							x	x	x	x		4
Comércio local, justo e responsável	x	x				x						3
Comércio livre dos atravessadores	x			x								2
Compromisso com a produção rural				x								1
Garantia de mercado				x								1
<b>Diminuição impactos ambientais</b>	<b>X</b>											<b>1</b>
Combate ao desperdício alimentar	x											1
<b>Fortalecimento da comunidade</b>		<b>X</b>										<b>1</b>
Socialização		x										1
<b>Resistência: comer é um ato político</b>		<b>X</b>			<b>X</b>		<b>X</b>	<b>X</b>			<b>X</b>	<b>5</b>

Elaboração própria

O principal motivo declarado pelos coagricultores para aderirem a CSA foi o impacto positivo dessas redes na saúde, ao proporcionarem acesso a uma dieta mais saudável e diversificada, repleta de alimentos frescos e livre de agrotóxicos, já que se baseiam em

produções agrícolas orgânicas, agroflorestais ou biodinâmicas. O subtema denominado Mais Saúde foi o mais recorrente<sup>17</sup>. De acordo com E1 (48, F) e E8 (31, F) respectivamente:

O alimento orgânico já está sendo provado por várias pesquisas, de como são mais benéficos para a saúde. Como o veneno, de fato, além de poluir o solo, polui o organismo, tem várias doenças, câncer, que são diretamente relacionadas ao uso de defensivos agrícola. Nós aqui no Brasil temos alguns alimentos que tem ultrapassado o limite permitido de defensivo agrícola, a gente sabe disso. Não só na aplicação direta no produto, como depois na manutenção do plantio. Então assim, é ruim para quem aplica e é ruim para quem consome, é ruim para o solo.

Está crescendo muito a questão dos agrotóxicos, do quanto eles são nefastos para a saúde humana, para o maio ambiente e o Brasil é um dos maiores consumidores de agrotóxicos no mundo. Tudo que é proibido lá na Europa, as empresas multinacionais vêm produzir aqui porque a gente tem uma legislação mais flexível. Então me chamou muito mais a atenção a necessidade de comprar alimentos com pouco uso ou nenhum agrotóxico.

A flexibilidade no uso de agroquímicos e a permissividade das políticas agrícolas brasileiras tem gerado dados alarmantes quanto à utilização desses produtos nas lavouras brasileiras. Segundo estudo trazido por Carneiro et al. (2016), um terço dos alimentos consumidos pelos brasileiros estão contaminados por agrotóxicos e o mercado desses produtos no Brasil havia crescido 190% nos últimos 10 anos, contra 93% de crescimento do mercado mundial. Os autores ressaltam que a criação de processos de produção alimentar sustentáveis e o controle do uso de agroquímicos são fundamentais para o atendimento da SAN e do DHAA.

O modelo de produção baseado no agronegócio, segundo Augusto et al., (2015), impacta a saúde humana e ambiental e o uso abusivo de agrotóxicos atinge sobretudo o trabalhador rural. A literatura analisada pelos autores afirma que a falta de informação sobre a toxicidade desses produtos, aliados a falta de mecanismos de controle e vigilância, ao uso inadequado e às condições de vulnerabilidade social da grande parte dos pequenos produtores rurais no Brasil, fazem com que sejam os agricultores os principais atingidos por intoxicações e a atividade agrícola a ocupação mais perigosa da atualidade segundo a OMS.

---

<sup>17</sup> Citado por E1, E4, E5, E6, E7, E8, E9

Judith Cherni (2014) que analisa em seu trabalho o custo ambiental para a saúde humana das políticas de globalização econômica na América Latina, ressalta as consequências da agricultura intensiva trazidas pela Revolução Verde: desertificação, desmatamento e contaminação do solo e fontes hídricas. A autora afirma que as políticas implementadas são inconciliáveis com a preservação do ambiente e a saúde humana.

Dentre os 10 produtos com maior participação nas exportações brasileiras, a soja aparece na primeira posição, e na quarta como farelo de soja. A área ocupada para produção de soja no país (33,2 milhões de hectares) corresponde a uma área de 3,6 vezes do território de Portugal. Se comparado com o total da área ocupada pelo cultivo de arroz, feijão, trigo e mandioca, (8,5 milhões de hectares), alimentos tradicionais da dieta brasileira, é possível compreender a dimensão da cultura de soja no Brasil (Bombardi, 2017).

O cultivo da soja também é destino da metade do agrotóxico consumido no país e dos 150 agrotóxicos com uso permitido no seu cultivo, 35 são proibidos na União Europeia (Bombardi, 2017). O modelo de agronegócio baseado na monocultura também amplia a histórica concentração fundiária e reafirma a desigualdade social brasileira, uma das maiores do mundo (Bombardi, 2017; Augusto, et al., 2015).

A flexibilização e o massivo uso de agrotóxicos no país pode ser confirmada pela alarmante comparação: o limite de glifosato, agrotóxico mais usado no país, permitido na água potável no Brasil é 5.000 vezes maior do que o permitido na UE. (Bombardi, 2017).

O Sistema Único de Saúde – SUS, entretanto, ainda não possui incentivos políticos para aprofundar-se em uma política de saúde humana e ambiental (Augusto, et al., 2015). Os autores concluem que o Estado brasileiro tem sido eficaz em expandir o agronegócio em detrimento da saúde da população e do ambiente. A relação entre saúde e ambiente amplia a discussão sobre saúde para além do modelo biomédico, no qual os sistemas de saúde na atualidade baseiam-se. Os determinantes socioambientais a que cada indivíduo é submetido está diretamente relacionado com a condição de saúde das populações. A introdução de aditivos químicos na produção alimentar, além de contaminar o ambiente e diminuir a biodiversidade, afeta a saúde humana (Rigotto; et. al., 2015).

O engajamento coletivo para criação de soluções que sejam mais sustentáveis, justas e que respeitem o ambiente e a saúde individual é um dos desafios da contemporaneidade. Envolver os governos, sociedade e academia é fundamental para garantir a proteção da vida e do ambiente (Rigotto, et. al, 2015).

Integrando também o tema Impactos na Saúde foi citado como motivação para adesão a CSA o interesse em aumentar a diversidade alimentar e ampliar seus

conhecimentos sobre os alimentos e suas produções<sup>18</sup>, denominado Educação Alimentar e Nutricional. E3 (32, F) relata o seguinte:

Minha principal motivação é diversificar a nossa alimentação e propiciar aos meus filhos mais contato com a origem dos alimentos. Aí nos últimos anos eu vinha tentando incluir esses itens na minha alimentação e assim, até por eu não ter convivido com ela [comida de verdade] eu ia nos supermercados e comprava batata e cenoura, mais tradicionais, básicos. E entrar na CSA foi uma forma de me forçar, me atraiu a ideia de eu não poder escolher a cesta, então eu vou ter que provar coisas novas, vai ser o jeito de me obrigar a isso. [...] Considero importante essa questão da diversificação da alimentação [...].

Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas no Brasil (2012) define EAN:

Educação Alimentar e Nutricional, no contexto da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. A prática da EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar (Brasil, 2012, p. 23).

Entre suas contribuições, destaca-se seu papel na prevenção das DCNTs, no controle das deficiências nutricionais, na manutenção e preservação de hábitos alimentares locais e na promoção do consumo sustentável, incluindo a diminuição do desperdício de alimentos. O Guia Alimentar da População Brasileira (2014) traz as diretrizes alimentares oficiais para população. Tendo como base a saúde e a alimentação adequada e saudável, o Guia traz recomendações para a alimentação da população, propondo a ingestão de alimentos in natura, ou minimamente processados, variados e predominantemente de origem vegetal para uma dieta saudável. Ressalta também os alimentos tradicionais brasileiros e o aspecto de interação e expressão social do alimento.

Uma alimentação para ser adequada deve ser, portanto, suficiente e

---

<sup>18</sup> Citado por E3 e E7



completa, fornecendo ao indivíduo a totalidade das variadas substâncias necessárias para o funcionamento do corpo humano, “indispensáveis ao seu equilíbrio material” (Castro, 1959, p. 89). Isso impede a “fome oculta”, que é aquela ocasionada pela monotonia alimentar, em que o ser humano consome um número restrito de substâncias, devido à falta de diversidade na alimentação (Castro, 1959, p. 91). A produção alimentar baseada na monocultura e no excessivo processamento de alimentos praticado pela indústria são realidades contemporâneas que tem provocado um distanciamento dos hábitos alimentares tradicionais que garantem uma alimentação saudável e diversa.

A CSA, ao possibilitar aos coagricultores contato com uma alimentação diversificada e local, reforça hábitos tradicionais e atua como agente de EAN entre os coagricultores, restaurando práticas alimentares e incentivando a adoção de cardápios mais saudáveis.

A segunda motivação mais abordada pelos entrevistados é a contribuição dessa tecnologia social para o Fortalecimento da Produção Local. Nesse tópico foram agrupadas todas as ideias elencadas pelos entrevistados relacionadas à influência da CSA no fomento da pequena produção alimentar local. A agricultura familiar possui um importante papel na concretização da SAN no Brasil: preserva, não só os hábitos alimentares tradicionais, mas também a biodiversidade e o ambiente, por se utilizar de nenhum ou poucos agroquímicos, diferentemente do modelo convencional baseado na monocultura e no intensivo uso de agrotóxicos; faz uso sustentável dos recursos naturais; e pode contribuir para o fortalecimento da economia local, principalmente se combinada com políticas públicas que desenvolvam a autonomia do produtor rural. Portanto, ao proteger os hábitos alimentares locais, as paisagens e o ambiente, a agricultura familiar garante alimento saudável ao consumidor, desempenhando importante papel como agente do desenvolvimento rural sustentável (Heberlê, et al., 2017).

Dentre os subtemas relacionados, a Valorização do pequeno agricultor foi o mais citado<sup>19</sup> e reuniu reflexões sobre a importância do reconhecimento dos saberes do produtor local e da sua produção para um abastecimento alimentar saudável em detrimento ao modelo de produção agrícola industrial.

E8 (31, F) afirmou que “é fundamental procurar alimentos que sejam não só com menos agrotóxicos, mas que valorizem o trabalho do produtor”. E7 (57, M), além de aderir a CSA por “procurar comer comida de verdade, orgânica, sem venenos”, cita a valorização do agricultor como uma de suas motivações:

---

<sup>19</sup> Citado por E7, E8, E9, E10

Aí tem o outro lado que é o social que é uma questão que sempre tive preocupação também, não só de apoiar essa causa do agricultor familiar, mas paralelamente de empoderar quem precisa ser empoderado, que é quem produz alimento, diferente da soja que é para ração animal.

A CSA, portanto, ao valorizar o pequeno agricultor, atua na preservação do ambiente e no estímulo da produção de alimentos saudáveis e limpos, além de desafiar o modo de produção industrial.

Outros subtemas relacionados ao Fortalecimento da Produção Local que foram relatados pelos entrevistados foram Comércio local, justo e responsável<sup>20</sup> Comércio livre de atravessadores<sup>21</sup> Garantia de mercado<sup>22</sup> e Compromisso com a produção rural<sup>23</sup>. Esses temas serão mais aprofundados no próximo tópico desse trabalho.

De acordo com E1 (48, F), “o consumo local é um consumo mais justo, de você fazer a opção de trazer um desenvolvimento para a cadeia local”. O trecho da fala de E2 (33, F) também exemplifica sua motivação em fortalecer o Comércio local, justo e responsável:

Até não é mais uma relação, eu não vejo como uma relação puramente de mercado. Então é uma oportunidade de experimentar novas relações, novas formas de consumo, mesmo. Dessa forma é uma oportunidade, uma experiência, dificilmente eu conseguiria isso, mesmo com os produtos orgânicos, feiras, você não estabelece a mesma relação.

No tópico Comércio local, justo e responsável agruparam-se falas dos entrevistados que trataram de motivações para aderir as CSAs relacionadas às preocupações dos coagricultores em fortalecer o comércio local, garantindo remunerações justas aos produtores e atribuindo responsabilidade aos consumidores com o consumo consciente. A literatura revisada por Cassol e Schneider (2015) afirma que as formas de produzir, comercializar e consumir são fundamentais para o desenvolvimento de práticas sustentáveis de produção e consumo de bens alimentares. Essas redes alimentares curtas e justas acabam configurando-se, portanto, como redes alternativas ao modo convencional, já que os atores

---

<sup>20</sup> Citado por E1, E2 e E6

<sup>21</sup> Citado por E1 e E4

<sup>22</sup> Citado por E4

<sup>23</sup> Citado por E4

participantes buscam nelas alternativas a forma de abastecimento alimentar, estabelecendo diferenciadas troca mercantis e garantindo mercados mais sustentáveis e justos a todos.

E4 (34, F) relatou como sua única motivação para aderir a CSA o Fortalecimento da produção local. Em sua fala identifica-se com clareza seu comprometimento com a produção rural, com o Comércio livre de atravessadores e com a importância de se garantir mercado ao pequeno produtor rural:

Eliminar o atravessador, melhorar a vida das pessoas que produzem no campo, que elas possam vender o alimento delas, já ter uma garantia maior de venda, que elas possam dialogar sobre perdas de safras, que elas possam ganhar melhor.

No subtema Comércio livre de atravessadores, reuniram-se motivações relativas à preocupação em consumir diretamente do produtor, sem atravessadores, atores que atuam como intermediários entre os agricultores e consumidores. Os atravessadores geram dependência por parte dos produtores no escoamento de sua produção e conseqüentemente menor remuneração.

O tópico Garantia de mercado agrupou ideias sobre a importância da CSA ao assegurar ao pequeno agricultor o escoamento de sua produção no início do processo de plantio, garantindo ao produtor rural estabilidade e previsibilidade.

Por fim, o subtema Compromisso com a produção foi composto por reflexões relacionadas à preocupação com a qualidade de vida do agricultor e com a produção de alimentos, já abordado pelos participantes quando indagados, no primeiro bloco das entrevistas, sobre os acordos firmados entre os membros da comunidade.

Embora as CSAs possam assumir diferentes características acordadas entre seus membros, normalmente, um orçamento anual é estipulado e deve cobrir não só os custos da produção dos alimentos, mas também proporcionar uma remuneração justa e digna aos agricultores e protegê-lo dos riscos. Já os membros, recebem alimentos frescos, locais e sustentáveis, apoiando, mais do que comercialmente, o agricultor local (Mark, 2015). Essa conexão além de possibilitar uma construção comunitária entre agricultores, vizinhos e paisagens (Tegtmeier & Duffy, 2005), suporta financeiramente toda a fazenda (Lea, Phillips, Ward, & Worsley, 2006).

O pagamento antecipado pelos coagricultores permite ao agricultor acesso à terra; capital para investir em sua produção; fornecimento de alimentos a preços justos; e

assegura mercado ao trabalhador rural (Paul & Stephens, 2015; Hinrichs, 2000), liberando-o do trabalho de escoar sua produção em feiras e mercados, o que resulta em mais tempo para dedicar-se a sua plantação (Tegtmeier & Duffy, 2005).

Motivações para participação relacionadas à Diminuição dos impactos ambientais foram tratadas por apenas um coagricultor. No entanto, o assunto permeou outros temas e subtemas, principalmente no tocante a produção livre de agrotóxicos e seus impactos tanto para a saúde como para o ambiente. Ao relatar a contribuição das CSAs no Combate ao desperdício alimentar E1 (48, F) afirma:

É importante também quando você trabalha com frutas, verduras que são alimentos que não são processados, que tem uma durabilidade curta, quanto mais próximo você conseguir plantar e consumir, o processo de desperdício é muito menor. [...] Só tem benefício, produto fresco, não tem desperdício porque não dá tempo de apodrecer o alimento, não é “machucado” no processo de transporte.

Outro tema abordado como motivação para apenas um participante foi o Fortalecimento da Comunidade, tratado por E2 (33, F) através do subtema Socialização, que agrupou questões relacionadas ao capital social e à confiança:

Primeiro que eu acho que você estabelece uma relação de confiança maior. Você ter oportunidade na CSA de ir a campo. [...] Vai um grupo, as pessoas compartilham caronas, vai todo mundo junto e planta junto. A experiência não é só pela troca do produto pela cota.

Além do convívio no ponto de convivência da CSA, já tratado anteriormente nesse trabalho, os participantes relataram que visitas coletivas à área de produção, reuniões para discussão de acordos, confraternizações e troca de mensagens em plataformas digitais fazem parte do dia a dia do coagricultor, evidenciando o contato comunitário proporcionado pela CSA.

Os dados aqui discutidos corroboram investigações anteriores. Segundo Cassol e Schneider (2015) mercados locais permitem formas de interação além da troca comercial: possibilitam relações interpessoais, estimulando as trocas de conhecimento, o engajamento ético e político e a valorização das práticas culturais de produção alimentar. Para Truninger (2010), nesses mercados o consumidor passa a se familiarizar com o processo de

produção e a se sentir entusiasmado com novos alimentos e formas de preparo. A medida que as relações com os produtores se fortalecem, as inseguranças relacionadas ao consumo de alimentos diminuem.

O caráter político do ato de comer e a resistência ao sistema alimentar convencional também surgiram como motivação<sup>24</sup> para participação na CSA, como exemplificado pela fala de E2 (33, F):

Uma decisão basicamente política de consumo consciente. Primeiro que eu acho que política a gente aprende a participar, participando. Então é uma oportunidade de experimentar, de atuar.

O ato de comer na sociedade contemporânea relaciona-se com uma crescente conscientização e responsabilização das questões sociais envolvidas no consumo alimentar, transformando-o em um ato político e ideológico (Portilho, Castañeda, & Castro, 2010).

E5 (37, F) ao declarar sua motivação em “romper com essa lógica de consumo como nós estamos acostumados” exemplifica o caráter de Resistência da participação.

Para D. Goodman, M. DuPuis e M. Goodman (2012) a construção dessas redes buscam a criação de novos espaços para a comercialização de alimentos orgânicos baseados no comércio justo e local como oposição aos produtos convencionais oferecidos pelas indústrias alimentícias e redes de supermercados no comércio global.

### **5.3 Implicações para a Política Social**

Ao longo análise dos dados surgiram constatações que sugerem importantes implicações dessas redes para a Política Social: Impactos da CSA na Saúde, no Fortalecimento da produção local, no Fortalecimento da Comunidade e na Diminuição dos Impactos Ambientais. Os entrevistados também trataram do papel político do ato de comer e de resistência das referidas redes agroalimentares alternativas e a necessidade de se ampliar o acesso às comunidades à população em vulnerabilidade social.

---

<sup>24</sup> Citado por E2, E5, E7, E8 e E11

Um dos aspectos mais relevantes, abordado como principal motivação para adesão as CSAs pela maior parte dos entrevistados, relaciona-se com as questões de saúde, que estão intrinsecamente ligadas ao ambiente. Ao buscarem alimentos sem agrotóxicos provenientes dessas redes, os consumidores demonstram preocupação não apenas com sua saúde individual, mas também com a preservação ambiental. Se ampliadas e difundidas podem impactar os sistemas de saúde pública, minimizando os efeitos da produção alimentar convencional no ambiente e enfrentando as desigualdades resultantes dos determinantes socioambientais a que cada um é submetido no acesso à alimentos saudáveis.

Em termos gerais, pode-se perceber que redes agroalimentares alternativas, como o caso das CSAs, contribuem para a formação de sistemas alimentares mais saudáveis e sinalizam a necessidade de transformação para o modelo ecológico de saúde pública de Lang, Barling e Caraher (2009). O papel de governança dessas redes também merece destaque, visto haver uma tendência a considerar as potencialidades locais e processos participativos para a elaboração de políticas públicas (Delgado, Triana e Sayago, 2013). O modelo centralizador de elaboração de políticas públicas, segundo os autores, vem sendo substituído pela atuação em rede, pela colaboração e governança compartilhada: a *policy network*, que combina Estado e sociedade na formulação de políticas. Segundo os autores é a troca relação *bottom-up* para a *top-down*, que considera as potencialidades locais e processos participativos.

Mudanças nas políticas alimentares acontecem com a reunião de ideias e interações de diversos atores. As redes agroalimentares alternativas, por indicarem uma forma mais sustentável de consumo e produção, atuam como uma sinalização para o poder público da necessidade de criação de um sistema alimentar mais sustentável e saudável (Lang, Barling, & Caraher, 2001; 2009).

Este tópico pretende discutir os resultados obtidos e relacioná-los às implicações da participação de consumidores em redes agroalimentares alternativas, especificadamente das CSAs, para áreas da política social. Para atender a esse objetivo da pesquisa, o tema foi tratado em diferentes perguntas ao longo das entrevistas a fim de alcançar reflexões diversificadas.

### **5.3.1 Impactos na Saúde**

As reflexões dos coagricultores entrevistados sobre o impacto da CSA na saúde indicam que as CSAs contribuem para ampliar a ingestão de vegetais frescos e em diversidade, para a melhora da qualidade das refeições e para a valorização dos hábitos

alimentares locais. A literatura revisada comprova que a diversidade na alimentação está atrelada a bons resultados em saúde. O papel educacional das CSAs ao incentivar o contato com novos alimentos e ao disseminar os alimentos locais também foi tratado pelos participantes. Também salientaram que a proximidade das CSAs com a comunidade escolar pode contribuir com o suporte pedagógico de EAN e com a construção de cidadania. Assim, identificou-se que a participação na CSA pode impactar positivamente a saúde dos membros, possibilitando mudanças no comportamento alimentar e aumentando seus conhecimentos sobre alimentação saudável.

Todos os coagricultores refletiram sobre os impactos da CSA em sua saúde individual e familiar, destacando seu papel educacional no processo de escolhas alimentares.

EI (48, F) ressalta a diversificação proporcionada pela CSA e a valorização dos hábitos alimentares tradicionais:

[...] E a possibilidade de você comer coisas que nunca comeu. A gente diminuiu o consumo de batata inglesa em casa e aumentou o consumo de batata doce. Descobriu uma outra batata doce roxa que minha filha quando comeu a primeira vez falou assim: “nossa, que gosto floral que tem essa batata”. Então assim, você trabalha o paladar, você trabalha as receitas com as possibilidades que te são ofertadas. Isso é muito legal. Isso é cultura.

E11 (28, M) relata que o contato com alimentos poucos conhecidos e consumidos possibilitado pela CSA incentiva novas concepções sobre a forma de se alimentar:

Acho que foi importante porque eu passei a comer coisas novas e conseqüentemente comer mais hortaliças e também refletir sobre o processo de alimentação, acho que é importante ter essa perspectiva também, desde de inserir novos hábito e passar a refletir sobre todo esse processo desde o plantar até o depois.

E10 (36, M) abordou o papel de educação alimentar das comunidades entre seus membros:

Tem uma coisa legal que é a relação que coagricultores vão construindo com as outras CSAs. Por exemplo, a CSA Brasília fez um materialzinho sobre

receita com PANCs [Plantas Alimentícias Não Convencionais] ou sobre como aproveitar melhor seus alimentos. Então isso eu acho bacana, esses outros espaços de divulgação que vão sendo construídos ou de construir um processo de educação alimentar de um grupo de várias famílias.

Alguns entrevistados<sup>25</sup> abordaram o suporte pedagógico proporcionado pelas CSAs na educação alimentar de seus filhos, ressaltando o papel das CSAs como agente de EAN. E10 (36, M) relata a importância da comunidade dentro do espaço escolar:

Como a comunidade está dentro de um espaço escolar eu acho que é superimportante para as crianças estarem aprendendo, vindo de onde o alimento está vindo, que aquele alimento não vem de uma gôndola, que aquele alimento tem uma pessoa que produz.

Cabe salientar a importância do envolvimento da comunidade escolar na educação alimentar da população para mudança do comportamento alimentar. Estimular políticas de alimentação escolar que aproximem a produção local de alimentos das escolas, como o PNAE<sup>26</sup> vem implementando, pode ser um passo importante na construção de um sistema alimentar mais saudável e sustentável.

Outro aspecto discutido pela maioria dos participantes<sup>27</sup> relacionado com a saúde refere-se à melhora da qualidade das refeições e do estilo de vida dos participantes. E2 (33, F) destaca as diferenças entre o consumo de alimentos altamente processados e dos alimentos frescos e limpos da CSA.

Todo nosso sistema de vida, de produção, ele está direcionado para o alimento rápido, barato, o *fast food*, mesmo. Completamente contra as questões de saúde, de preservação da sua saúde, das relações humanas. E ali é uma resistência completa, é totalmente diferente dessa abordagem dominante no sistema, de mercado, de oferta, de produtos rápidos e carregados de sódio, com produtos com concentração de conservantes.

---

25 Citado por E1, E3, E4, E5, E10, E11

26 A Lei nº 11.947 de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, determina que 30% do valor repassado aos estados, municípios e DF para compra de alimentação escolar seja utilizado para compra de produtos da agricultura familiar.

27 Citado por E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9



E8 (31, F) relaciona o consumo de alimentos saudáveis com a saúde:

Então eu acho que o principal impacto é na perspectiva no consumo de alimentos saudáveis. [...]. Tem todo um papel de valorizar o alimento orgânico, a alimentação saudável como principal objetivo. O principal ponto é o reconhecimento da alimentação como um valor importante para a nossa saúde.

O perfil do consumo alimentar de uma população é um importante fator condicionante da quantidade de casos de doenças crônicas não transmissíveis. Segundo a Organização Mundial de Saúde, o consumo *per capita* de menos de 400 gramas de frutas e hortaliças por dia é um importante indicador responsável pelo crescimento dos casos dessas doenças (WHO, 2003). Dietas ricas em frutas e hortaliças reduzem o risco de morte por DCNT e em países onde se come a quantidade de hortaliças e frutas indicada pela OMS, a incidência de câncer é 2 vezes menor que no EUA (Pollan, 2008).

A pesquisa norte americana de Cohen, Gearhart e Garland (2012) também evidenciou que as CSAs podem estimular o consumo diversificado de frutas e vegetais, o preparo dos alimentos em casa e reforçar hábitos alimentares saudáveis. O estudo obteve como resultado o aumento de 2,2 porções de frutas e verduras a mais que a média da população entre os membros das CSAs. Já o resultado encontrado na pesquisa de Allen, Rossi, Woods, & Davis (2017) supera o acima citado, indicando um aumento no consumo de frutas e vegetais de, em média, 2,7 porções por dia.

O recente estudo francês de Schnabel, Kesse-Guyot, Allès, et. al. (2019) indica uma possível correspondência entre o consumo de alimentos ultraprocessados com o risco de mortalidade nos adultos de meia idade, comprovando-se que uma alimentação saudável deve ser baseada em comida de verdade<sup>28</sup>.

Pollan (2008), ressalta em seu livro “Em defesa da comida” que optar por formas alternativas de consumo alimentar, como feiras, cestas de comunidades sustentáveis ou hortas é a maneira mais saudável, segura e sustentável de consumo: “saia do supermercado: aperte a mão que o alimenta” (Pollan, 2008, s/p ).

---

<sup>28</sup> Pode-se definir comida de verdade de acordo com a regra para uma alimentação saudável do Guia alimentar para a população brasileira: “prefira sempre alimentos in natura ou minimamente processados e preparações culinárias a alimentos ultraprocessados” (Brasil, 2014, p.47).

### 5.3.2 Fortalecimento Produção Local

Todos os entrevistados também abordaram as contribuições das CSAS para o Fortalecimento da Produção Local. O compromisso dos membros das comunidades com a produção local, que também foi salientado pelos participantes quando indagados sobre os acordos realizados e sobre as motivações para participação na CSA, mais uma vez aparece como contribuição dessas redes. Com os riscos compartilhados, o agricultor divide com toda a comunidade as imprevisibilidades da produção agrícola, o que pode ter impacto na sua qualidade de vida. Também se abordou a contribuição da CSA para ampliação do compromisso com a produção de alimentos de outros produtores e do consumo consciente, podendo ter impacto no fortalecimento da economia local.

Essa pesquisa evidenciou como a CSA atua na manutenção dos saberes agrícolas tradicionais que garantem alimento limpo, diverso e local na mesa e na valorização e reconhecimento do trabalho do produtor rural. Também se constatou, a partir dos trechos que serão apresentados a seguir, que a CSA pode ter impacto positivo na qualidade de vida no meio rural: garantem mercado para a produção; eliminam os atravessadores comerciais, possibilitando o comércio direto com melhor remuneração para o agricultor; geram empregos formais no campo; e indicou que a CSA pode contribuir para o acesso à terra.

O subtema mais recorrente foi o Compromisso com a Produção Rural, tratado por todos os participantes. No trecho a seguir, E3 (32, F) relata com preocupação o impacto que sua possível saída da comunidade possa trazer à qualidade de vida de seu produtor:

Acho que mudou um pouco a questão de se tornar menos alienado mesmo, mais preocupado mesmo com quem produz o alimento. Agora mesmo eu estou em um momento em que talvez seja vantajoso para mim sair da CSA, porque ficou definido que meus filhos vão sair da escola ano que vem, mas eu fico com muito receio. Porque eu fico pensando que vai pesar isso na CSA, vai pesar para os agricultores e eu me preocupo com ele e é uma preocupação que quando eu vou ao supermercado eu não tenho, se eu vou deixar de consumir um produto, uma determinada marca ou seja lá o que for, eu nem lembro assim que existe um produtor daquilo. No caso da CSA você fica preocupado.

Os riscos compartilhados da produção agrícola, que foram evidenciados por E4 (34, F) no trecho a seguir, garantem estabilidade ao produtor:

Tem também essa relação de quando eles perdem algum alimento por causa da chuva, por exemplo, aconteceu esses dias, eles mandam uma mensagem: olha a gente não vai ter essa verdura porque a chuva estragou.

Outro importante achado, caracterizado pela fala de E4,(34, F) é o estímulo da CSA ao compromisso com outros produtores, não envolvidos diretamente na CSA, gerando renda na comunidade:

Acho que também proporciona um espaço para divulgação e comercialização de outros produtores que não só os agricultores da CSA, o que eu acho que é bem interessante porque a gente está fomentando os pequenos produtores e não as grandes redes que já são cheias de dinheiro com a produção alheia.

De acordo com Atkinson e Willians (1994), os mercados agrícolas diretos fortalecem não apenas a economia agrícola local, como também o turismo rural e o desenvolvimento de pequenas empresas e cooperativas.

E9 (66, F) tratou da contribuição da CSA para a promoção de empregos formais no meio rural:

Com esse dinheiro a gente paga mais uma pessoa para ajudar a Fabiana [agricultora]. Paga um salário mínimo, aí ele vai todos os dias e faz esse trabalho mais pesado, fazer as covas. O ajudante ganha um salário mínimo, mas tem carteira assinada, ele tem férias.

Um dado relevante trazido por Bombardi (2017) afirma que 74,7% do trabalho análogo ao escravo está na agricultura. Iniciativas e políticas que promovam empregos formais no meio rural é importante para diminuição da desigualdade e para fixação do homem no campo.

Alguns coagricultores entrevistados<sup>29</sup> participam de CSAs cujos os produtores estão ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. O compromisso com a luta dos movimentos sociais do campo foi abordado por E8 (31, F):

---

<sup>29</sup> Citado por E8, E11

Eu acho que para mim é importante saber que a gente está apoiando um movimento num momento de refluxo de programas sociais, com certeza vai impactar financeiramente na sustentabilidade dessas organizações, mas principalmente um movimento que está sendo criminalizado nesse contexto e é importante a gente ser solidário de diversas formas. Isso ajuda a gente aproximar a sociedade da luta que o MST enfrenta, que não é uma pauta só deles, a pauta de reforma agrária. E eu acho que ter conhecido mais esse produtor ajudou a ser mais solidária com esse trabalho.

As redes agroalimentares alternativas, nesse caso a CSA, têm potencial para atuar contra concentração fundiária no Brasil, agravada pelo modelo de agricultura industrial, garantindo a produtividade da terra e a organização produtiva de assentados da reforma agrária e de pequenos produtores. Nesse sentido, E1 (48, F) relatou como a CSA pode contribuir para o acesso à terra: “a Deusa [agricultora], por exemplo, conseguiu a terra do Incra<sup>30</sup> porque ela mostrou que ela era produtiva. Que ela era uma mulher rural e ela era produtiva. E quem produzia era ela mesmo, não o marido”. A luta pela terra no Brasil é histórica, de acordo com o MST (Soriano, 2018), há aproximadamente 150 mil famílias que aguardam providenciais quanto à reforma agrária. No entanto, em 2016, apenas 1.686 famílias foram assentadas. Já em 2017, não houve famílias assentadas (Madeiro, 2018).

A compromisso da CSA com a produção agrícola já foi aprofundado no tópico 5.1.1 e 5.2 desse trabalho.

As ideias que foram agrupadas no subtema Valorização do Pequeno Agricultor<sup>31</sup> evidenciam, como a fala de E1 (48, F), que a participação na comunidade acarretou uma melhora na qualidade de vida de seus agricultores:

Eu tenho certeza que mudou a qualidade de vida da Deusa [agricultora]. São várias mudanças, ela ser economicamente ativa, independente, sustentável, ela como mulher que saiu de um relacionamento em que ela estava sendo explorada e ela conseguiu se superar nisso. [...] a CSA foi uma transformação na vida dela, ela lutou para ter aquele pedaço de terra junto ao Incra.

---

<sup>30</sup> O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, criado pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, é uma autarquia federal, cuja missão prioritária é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional.

<sup>31</sup> Citado por E1, E3, E5, E6, E7, E8, E9, E10, E11

Também se reuniram aqui reflexões ligadas a valorização dos saberes do pequeno produtor rural, exemplificadas por (Brasil, 2014):

A dona Dorvalina [agricultora] tem participado de muitos eventos que ela vai palestrar, que ela vai falar da experiência. Então para a auto estima, para uma visão de um conhecimento que é empírico, que é prático. Tem um monte de gente estudada, com doutorado, pós doutorado querendo ouvir, querendo saber, para ela isso é fantástico.

O trecho seguinte da fala de E8 (31, F) retrata da importância do reconhecimento do trabalho do agricultor na sustentação da nossa sociedade:

Eu acho que é uma forma que ajuda a gente entender a necessidade desse trabalho que está desenvolvendo um trabalho necessário para sustentação da nossa sociedade: o alimento. Como ele precisa ser bem remunerado, esse trabalho precisa ser valorizado.

O rural brasileiro é composto por uma rica “diversidade étnica e cultural” (Augusto, et al., 2015, p. 170). Povos Indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores, agricultores familiares desenvolvem práticas agrícolas que interagem com os ecossistemas e, como comunidades tradicionais, preservam os hábitos alimentares regionais. A comida local, segundo Brunori (2007), é uma forma de expressão de identidade e sua circulação em canais curtos de comercialização baseados na confiança, com contato direto entre consumidores e produtores, é uma maneira de manutenção o conhecimento local.

O subtema Comércio local, justo e responsável<sup>32</sup> é ilustrado pela fala de E5 (37, F), que relata o papel da CSA na expansão do consumo consciente

A gente começa a pensar em outras formas. Vamos comprar presente de aniversário, será então que a gente não pode fazer um presente? [...] A gente pensar no que a gente come, como a gente produz o que a gente come. [...] A CSA motiva esse debate aqui dentro de casa. E também comprar de pequenos produtores, comprar roupa de quem costura a roupa, conhecer quem costura minha roupa. Acho que também está relacionado a outras

---

<sup>32</sup> Citado por E1, E2, E4, E5, E6, E7, E8

iniciativas que tem ganhado força para um outro padrão de consumo, uma outra relação com o dinheiro, com os objetos, com as coisas.

D. Goodman, DuPuis, e M. Goodman (2012) ressaltam o papel das redes agroalimentares alternativas justas para a propagação do consumo consciente. Destaca-se aqui mais uma contribuição das CSAs para a valorização da economia local, através de relações comerciais justas e ambientalmente responsáveis.

E4 (34, F), no trecho seguinte, evidencia a importância do comércio direto, sem a figura do atravessador<sup>33</sup> possibilitado pela CSA:

Então a gente romper com isso, com essa lógica dos atravessadores e até da venda daquela fruta, daquele legume bem higienizado, todos lindos. Acho que é uma resistência porque você elimina atravessador basicamente que é a galera que quer ganhar dinheiro, que ganham dinheiro inclusive em cima da produção de pequenos agricultores.

Popkin (2011), ressalta que embora os valores que os agricultores recebam por suas produções tenham diminuído nos últimos 40 anos, os preços que os consumidores pagam aumentou. A diferença, portanto, não foi repassada ao produtor de alimentos, foi para o bolso dos atravessadores. Eliminar essa figura e comprar diretamente daquele que produz pode ser uma boa ferramenta para a diminuição de desigualdades e geração de renda.

Outra característica da CSA explorada pelos entrevistados é a garantia de mercado ao produtor<sup>34</sup>, exemplifica pela fala de E10 (36, M):

Eu acho que o fato de o agricultor ter a certeza de que o que ele produzir, mesmo que não seja comercial, ele vai ter uma garantia de renda com aquilo. Porque é isso, se o agricultor vai na feira ele não tem a garantia da comercialização do produto dele, mesmo que seja um produto mais comercial, ou mais bonito, ou o mais orgânico de todos, pode ser que naquele dia caiu um pé d'água e nenhuma pessoa vá lá comprar e ele vai perder aquele alimento dele.

---

<sup>33</sup> Citado por E1, E4, E6

<sup>34</sup> Citado por E4, E8, E10

### 5.3.3 Fortalecimento da comunidade

Outro tema abordado por todos os participantes da pesquisa foi as contribuições da CSA para o Fortalecimento da Comunidade. Os coagricultores ressaltaram a contribuição da CSA para o empoderamento e engajamento comunitário e para a interação social ao relatarem o convívio social, permitem o contato com os processos produtivos e ampliação dos conhecimentos. A literatura afirma que redes sociais com vínculos fortalecidos podem incentivar ações coletivas e um ambiente colaborativo entre os membros, destacando o papel de governança dessas redes. De acordo com a perspectiva do desenvolvimento de comunidades sustentáveis, o bem-estar social coletivo pode ser alcançado por diferentes formas de capital comunitário. Ações coletivas e inovações sociais podem criar soluções para os problemas ambientais e econômicos, resultando em mudanças sociais (Connelly, Markey, & Roseland, 2011).

O tema foi destrinchado em 3 subtemas relacionados, entre eles a Socialização<sup>35</sup>. E4 (34, F) salienta os vínculos comunitários decorrentes da participação: “a gente cria laços bem interessantes dentro da CSA, vínculos afetivos, de ajuda, que se estendem para além da CSA que também é bem interessante. [...] Fortalece laços comunitários.”

Os dados apresentados dialogam com a literatura trazida por Baldwin e King (2018), que afirma que o nível de capital e coesão social empregado em uma comunidade pode ajudar a estruturar a organização de redes fortalecidas em que os atores compartilhem acordos e confiança. Woolcock e Narayan (2000) também ressaltam a importância do capital social para o desenvolvimento e a importância de sua promoção para o bem público. Segundo Putnam (2000), a cidadania individual é mais potente quando imersa em uma rede social, já que o capital social pode melhorar a qualidade de vida das comunidades, ao promover e fortalecer a colaboração e a ação do coletivo. Araújo, (2009), evidencia o potencial de mobilização da sociedade como um incentivo para criação de políticas públicas inovadoras baseadas em ações coletivas.

Alguns entrevistados mencionaram também o estímulo da CSA à solidariedade<sup>36</sup> entre os membros. E9 (66, F) narrou exemplos de colaboração entre os membros da comunidade bastante emocionada:

---

<sup>35</sup> Citado por E1, E2, E3, E4, E5, E7, E9, E10

<sup>36</sup> Citado por E2, E4, E7, E8, E9, E11

Outra coisa bonita que aconteceu na nossa CSA, no semestre passado a gente fez a nossa avaliação e a gente estava devendo o fundo de garantia desse menino que tem carteira assinada. A nossa dívida era de 5.000 reais e aí o João [outro coagricultor] deu a ideia da gente fazer cursos nos condomínios no Jardim Botânico [região administrativa do DF] sobre como fazer uma horta caseira. E a gente cobrava. Então nós conseguimos com esses cursos mais de 6000 reais. Isso é magnífico porque surgiu dali de dentro, todo mundo ajudando, então a gente se cotizou entre a gente para comprar as mudas, terra, adubo.

O empoderamento comunitário<sup>37</sup> proporcionado pelas CSA é outro subtema relacionado ao fortalecimento da comunidade. Aqui agruparam-se ideias associadas a promoção de autonomia das CSAs para que seus próprios membros busquem soluções e atendam suas demandas em coparticipação com o Estado, como exemplificado pela fala de E5 (37, F):

Eu acho na verdade que a CSA se coloca, pelo seu próprio desenho, numa possibilidade de o Estado fazer de fato uma coprodução com a sociedade civil, entregar um serviço, pensar numa política pública, que seja entregue nessa perspectiva da coprodução, né? não é o Estado que vai fazer sozinha, não é a sociedade civil que vai fazer sozinha, mas com responsabilidades diferentes, os envolvidos sejam coprodutores dessa política mesmo. Acho que o formato da CSA dá essa possibilidade

As pesquisas afirmam que um ponto comum entre essas diversas redes alimentares são os vínculos formados entre os atores participantes, que resultam em novas relações sociais baseadas na cultura e tradição local em torno do alimento (Goodman D. , 2002) e permitem uma maior conscientização e engajamento político dos participantes.

#### **5.3.4 Diminuição dos impactos ambientais**

As reflexões obtidas nas entrevistas indicam bons resultados das CSAs na diminuição dos impactos ambientais<sup>38</sup>. Os participantes ressaltaram que a participação nessa rede alternativa diminui a geração de lixo doméstico, já que as cestas semanais de alimentos libertam-os das sacolas e alimentos embalados do supermercado. Também se identificou a

---

<sup>37</sup> Citado por E5, E6, E7, E10, E11

<sup>38</sup> Citado por E1, E2, E5, E6, E7, E8, E9, E10, E11.



contribuição das CSAs para diminuição do desperdício de alimentos e para o consumo sazonal, minimizando a pegada ecológica do consumo alimentar. Por fim, as vantagens da produção orgânica e agroecológica foram salientadas. Esses modelos preservam as fontes hídricas e o solo, produzem alimentos limpos e mais nutritivos.

A geração de menos lixo doméstico<sup>39</sup> foi a questão mais tratada pelos participantes. E1 (48, F) relata a diminuição do uso de embalagens:

Em termos concretos também, a gente gera menos lixo, né? Porque a gente traz a cesta limpa, não traz embalagens, em raras situações trouxe algumas pequenas embalagens que a gente devolve também. [...] Quando vem as embalagens, por exemplo, embalagem de ovo, eu devolvo [...] então você gera muito menos lixo e isso é muito legal. Isso é um impacto bem bacana.

Consumir alimentos de acordo com a sazonalidade<sup>40</sup> também acarreta menos impactos ambientais. Além de valorizar a biodiversidade local, alimentando-se do que a terra oferece, não é necessário o transporte por longas distâncias de alimentos de outras localidades, nem tampouco intensificar o uso de agrotóxicos para fortalecer o crescimento de um vegetal que não é característico da região. E2 relata a importância de valorizarmos e compreendermos a sazonalidade:

Hoje a gente não sabe mais quando é o período de determinada fruta, de determinado cultivo, de determinado legume. A CSA me permite retomar esse contato e é muito prazeroso.

Outro subtema que integrou os impactos positivos da CSA no meio ambiente foi a promoção do Combate ao Desperdício Alimentar<sup>41</sup>. E5 relata que os coagricultores compartilham os próprios itens da cesta ou de pequenas produções domésticas afim de reduzir o desperdício:

Que nem aqui em casa tem muita manga, às vezes eu levo manga, aí o pessoal pega e quem não quiser alguma coisa da cesta deixa lá pra quem

---

<sup>39</sup> Citado por E1, E5, E6, E7, E8, E11

<sup>40</sup> Citado por E1, E2, E5, E10

<sup>41</sup> Citado por E1, E5, E8, E9

quiser pegar. Então também tem essa relação para evitar o desperdício e a gente fazer as trocas entre a gente.

Por último, a influência da produção orgânica e agroflorestal na preservação dos solos e fontes hídricas<sup>42</sup> fechou os subtemas abordados acerca da diminuição dos impactos ambientais proporcionados pela CSA. No trecho a seguir, E11 (28, M) narra a iniciativa de sua CSA de participação em programas de implementação do sistema agroflorestal, que afetará diretamente a preservação de um reservatório de água:

O Flávio [agricultor] é uma liderança na CSA e é bem articulado no movimento socioambiental. Não só na parcela dele, mas em outras parcelas do assentamento Canaã, tem programas da WWF de construir agroflorestas. A gente está na área do Reservatório do Descoberto [...]. Aí tem outros programas também, tudo quanto é edital que aparece aí a gente está submetendo nessa perspectiva de reflorestamento, agrofloresta, desenvolvimento sustentável.

E7 (57, M) descreve uma solução sustentável, sem impactos ambientais e sem uso de defensivos agrícolas, para acabar com uma praga que danificava a produção de sua CSA:

O Aleixo [agricultor] quando eles estavam começando a implementar lá [o sistema agroflorestal], eles estavam começando a fazer a horta, mas por conta do desequilíbrio ecológico que tinha lá, estava aparecendo uma praga, um besourinho, a vaquinha. Ele chamou as pessoas para um dia de campo e fazer um canteiro de flores paralelo às hortaliças, fazer um controle biológico. Girassóis, outras flores, iriam atrair os insetos e iam deixar as verduras na boa [sem danos]. Bacana, bonito, não sabia se ia funcionar na prática e foi perfeito.

A agricultura orgânica e agroecológica, por não utilizar agroquímicos, emprega um modelo de produção que respeita os ecossistemas locais. Seyfang (2006) afirma que esse modelo agrícola interage com a natureza e portanto, produz alimentos com melhor qualidade que não afetam a saúde humana e animal, são muito mais nutritivos e garantem a

---

<sup>42</sup> Citado por E1, E7, E8, E11

SAN. Também preserva a biodiversidade local e não causam contaminação de fontes hídricas e dos solos. O autor ressalta que a participação em redes agroalimentares alternativas reduz a pegada ecológica ao se fundamentarem no consumo local e sazonal e reduzem o uso de embalagens.

Pollan (2008) também aborda a qualidade dos alimentos produzidos sob o modelo orgânico e agroecológico, sendo, portanto, impossível dissociar a saúde do ambiente da dos humanos. De acordo com o autor as fazendas diversificadas precisam de menos pesticidas que as grandes monoculturas, por conta do próprio controle biológico existentes nos ambientes biodiversos.

### **5.3.5 Comer é um ato político**

O caráter político do ato de comer foi identificado na fala dos entrevistados e analisado nesse tópico do trabalho. Os participantes ressaltaram que optar por alimentos produzidos localmente, por pequenos agricultores de forma sustentável é uma forma de se opor ao sistema alimentar convencional, concretizar o DHAA e sinalizar ao poder público que mudanças nas políticas sociais que envolvem o alimento precisam ser coletivamente discutidas e alteradas. Os entrevistados também não deixaram de salientar que o acesso a essas redes ainda é restrito. Envolver toda a sociedade, os diferentes atores de diferentes extratos sociais, é imprescindível para que a saúde humana e ambiental, na forma de alimento, chegue à mesa de todos. Se não, tende a se tornar mais um modelo excludente, acessível somente a quem já compreende a importância do direito à alimentação adequada e possui recursos financeiros para custeá-la.

A maioria dos entrevistados identificaram o papel de resistência da CSA contra o sistema alimentar convencional e o caráter político do ato de comer<sup>43</sup>. E8 (31, F) ressalta a participação na CSA como um posicionamento a favor do DHAA:

No atual momento que a gente está de retrocesso de programa de comercialização de apoio a agricultura familiar, no retrocesso da segurança alimentar, da alimentação saudável, a CSA ela é um instrumento potencial pra gente pensar o direito humano à alimentação, o valor da alimentação para uma sociedade mais justa, para uma sociedade saudável, que pense a saúde não como processo relacionado a doença, mas a saúde como uma questão

---

<sup>43</sup> Citado por E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E11

permanente, de você ter um estilo de vida que te deixe livre de todo tipo sofrimento, de coisas que te façam mal.

Já E7 (57, M) afirma, que na sua opinião, a CSA é um movimento de resistência política na prática, que cria uma forma de consumo alimentar:

Ela é uma resistência na prática, ela não se propõe como uma resistência, não verbaliza, mas eu acho que é sim, não só uma resistência política, mas ela abre uma outra possibilidade de relacionamento econômico.

Uma crítica ao modelo da CSA comum a alguns entrevistados<sup>44</sup> foi a dificuldade de acesso às comunidades por famílias em situação de vulnerabilidade social ou que vivenciem a insegurança alimentar. A CSA é uma tecnologia social ainda restrita a uma parte da população com acesso à informação e à renda. A necessidade de se ampliar a participação foi um ponto citado por E1 (48, F) no trecho a seguir:

Você fica mais ativista, porque eu não quero isso só pra mim, eu quero isso pra todo mundo. A gente mora em Brasília, e Brasília tem um poder aquisitivo maior, então essas coisas tem uma tendência de proliferar bem mais rápido. O grande desafio que eu acho é a gente conseguir transformar isso em algo acessível para todos, como eu estava falando. É você fazer políticas públicas, já existem algumas, mas não sei se serão mantidas agora. É que as creches, as escolas públicas, comprem orgânicos da agricultura familiar. Então, temos que ver como que a gente consegue isso. Eu jogo pra ti agora. Como fazer com que essa cadeia seja acessível para todos? [...] Acho que o grande desafio da CSA é esse. Porque ela já mostrou que é possível. Então é como dar esse outro passo. Claro que tem que ter apoio de política pública, sozinho não dá para fazer isso.

E11 (28, M), no trecho seguinte, apresenta a necessidade de se ampliar a participação nas comunidades para que as discussões acerca das políticas que envolvam a produção alimentar atinjam mais pessoas:

---

<sup>44</sup> Citado por E1, E2, E5, E7, E8, E9, E11

Mas acho que a ideia da CSA [Gaspar Martins] é esse debate de transformar a CSA numa perspectiva popular, por isso nosso preço é lá embaixo, dessa perspectiva de transformar essas tecnologias sociais, e sair do nicho da classe média, classe média alta. Esse é o nosso desafio que a gente quer tocar adiante como um elemento da reforma agrária, isso é até uma perspectiva do MST, não é só a luta pela terra, mas a luta também de rever essa lógica mercadológica, unir o campo e a cidade numa mesma luta, numa mesma concepção.

Por ser um direito humano, comer é um ato político. Optar por alimentos frescos e locais é uma forma de preservar os hábitos tradicionais e de valorizar o pequeno produtor, opondo-se ao sistema alimentar global industrial. Comer não significa apenas a busca pelo melhor aspecto nutricional daquilo que se ingere. Nesse ato estão relacionados a luta pela preservação ambiental e cultural e pela justiça social. Cabe ressaltar, entretanto, que o poder de escolha ainda é para poucos. Democratizar o acesso à alimentação de qualidade depende da inclusão de mais e diversas pessoas nesse debate.

Assim, é necessário ponderar a capacidade dessas redes agroalimentares alternativas de gerar transformações na lógica capitalista industrial da produção de alimentos (Goodman, DuPuis, & Goodman, 2012). Assim como as reflexões dos participantes dessa pesquisa, a literatura revisada pelos autores afirma que mesmo com todas as potencialidades dessas redes de comércio justo, o acesso a elas ainda é limitado e reservado a uma camada privilegiada e branca da população. Os autores também ressaltam que seu impacto ainda é pequeno e restringe-se a alguns territórios, sem desmerecer a influência dessas iniciativas no compartilhamento de conhecimento.

## Conclusões

Os resultados desta investigação sugerem que o perfil da participação nas CSAs em Brasília é predominantemente composto por famílias (jovens e com crianças) bem informados, com alta qualificação, que habitam áreas de alta renda domiciliar em Brasília/DF. As entrevistas também evidenciaram a influência da CSA nas mudanças dos hábitos alimentares dos participantes e o compromisso com a produção limpa de alimentos saudáveis.

As principais motivações relatadas pelos participantes para adesão as CSAs relacionaram-se às preocupações dos consumidores com a ingestão de alimentos saudáveis, diversos, sazonais e livre de agrotóxicos proporcionados pela CSA, com o fortalecimento da produção local e da comunidade, com a preservação ambiental e com o caráter político do ato de comer. Essas motivações indicam o reconhecimento dos impactos positivos dessas redes por parte dos consumidores que optam por aderir as CSAs como forma, não apenas de ter acesso à alimentos saudáveis, mas denotam também uma preocupação social com o agricultor e com o ambiente, contrapondo o sistema alimentar convencional.

A análise interpretativa dos conteúdos abordados nas entrevistas permitiu identificar 4 áreas relacionadas à política social impactadas pelas CSAs, também evidenciadas pela revisão de literatura apresentada: impacta a saúde ao proporcionar acesso à alimentos saudáveis sem agrotóxico; fortalece a produção local de alimentos, garantindo mercado e renda aos agricultores familiares e valorizando os saberes locais; estimula o engajamento comunitário; e diminui os impactos ao ambiente ao preservar solos e fontes hídricas por utilizarem-se de produções orgânicas ou agroecológicas e gerar menos lixo, sobretudo plástico. Os resultados indicam que iniciativas alternativas ligadas ao consumo e produção de bens alimentares podem criar mercados mais justos, impactar diretamente na SAN da comunidade, promovendo sistemas alimentares saudáveis e atuar como um movimento de resistência ao modo convencional de produção e acesso a alimentos, evidenciando o caráter político do ato de comer.

Também contribuem para o desenvolvimento sustentável ao atenderem as particularidades de cada território, valorizarem as tradições alimentares, os saberes e a biodiversidade locais. A literatura afirma a importâncias de redes sociais fortalecidas para a solução de problemas ambientais e criação de formas inovadoras de interagir com os recursos naturais, destacando o papel de governança dessas redes. Atuam, portanto, como uma sinalização ao poder público que mudanças nas políticas alimentares precisam ser coletivamente discutidas e alteradas.

Conclui-se, assim, que essas redes agroalimentares, especificamente as CSAs, sinalizam a necessidade de uma abordagem ecológica das políticas sociais para a criação de um sistema alimentar mais saudável e sustentável: o modelo ecológico de saúde pública de Lang, Barling e Caraher (2009), que relacione as questões de saúde da população à preservação do ambiente. Indicam também que soluções compartilhadas e colaborativas entre os diversos atores envolvidos nas políticas alimentares podem ser mais efetivas aos novos desafios de SAN do Brasil ao atuarem a favor da demanda ecológica do mundo atual.

Uma das limitações mais evidentes dessas redes constatada não só na literatura, mas também comprovada com a aplicação da pesquisa, é o acesso limitado a consumidores que possuem renda suficiente para financiar a produção de alimentos saudáveis, informação sobre o que se deve comer e preocupação social e ambiental. Ainda há necessidade de se ampliar a escala dessas redes, tornando a participação mais heterogênea, com coagricultores de diferentes realidades sociais. Somente assim seus impactos poderão ser significativos para mudança do sistema alimentar, não ampliando as desigualdades no acesso à alimentos decorrentes do nível de renda e do acesso à informação. Esse fato não desmerece, entretanto, seus relevantes impactos na garantia de alimentos saudáveis, na proteção ambiental e na garantia de melhores condições ao trabalhador rural. O envolvimento dos diversos atores, Estados e organismos internacionais é imprescindível para que as sinalizações provenientes dessas redes sejam entendidas como demandas da sociedade e assim possam ser absorvidas nas políticas sociais que envolvam a alimentação.

Outra observação importante que essa pesquisa trouxe, evidenciada não somente na maior participação de mulheres, mas também indicada na fala de algumas entrevistadas, é que mesmo com caráter de alternatividade, essas redes não resolvem as questões de gênero relacionadas à alimentação. Os resultados indicam que mesmo entre as famílias que participam da CSA, as mulheres continuam a ser responsáveis por todas as etapas envolvidas na alimentação familiar.

As CSAs podem ser um canal não só para assegurar a SAN e o desenvolvimento rural sustentável, mas também para debater com a comunidade o papel de toda a família na alimentação domiciliar e questões ambientais. Já existem debates ao redor do mundo sobre como o Estado poderia promover, fortalecer e difundir essas redes, sem descaracterizar o protagonismo da sociedade civil na construção dessas iniciativas. A cooperação entre Estado e sociedade civil parece ser o caminho mais indicado para que essas tecnologias sociais ganhem escala, engajando a sociedade na criação de suas próprias soluções, sem isentar o Estado de sua responsabilidade. A literatura salienta que sem a participação do

Estado e organizações internacionais, essas iniciativas tendem a se manter restritas a um determinado público, e sem escala, dificilmente contraporiam o sistema alimentar industrial global. Um passo importante para os governos é o estímulo aos conselhos participativos em que representantes dessas redes possam dialogar diretamente com o Estado, coproduzindo políticas que levem seus impactos à população que não os acessam. Já os guias alimentares seriam um canal para debater com a população uma perspectiva ecológica das políticas alimentares, discutindo os impactos ambientais da alimentação, desde a comida embalada, até a contaminação dos solos e fontes hídricas por pesticidas.

É importante ressaltar que ao se basear no consumidor essa pesquisa não pôde se aprofundar nos impactos das CSAs na qualidade de vida dos agricultores. Uma sugestão para trabalhos futuros seria a conjugação das perspectivas de ambos atores para que os resultados sejam mais abrangentes e consistentes, além de analisar o estímulo da CSA à volta ao campo: os neorurais.

Quanto à realidade brasileira, essas redes podem ser um importante mecanismo para enfrentar os novos desafios da SAN vivenciados no país. Indicam também uma demanda crescente sobre as questões relacionadas à saúde e ao ambiente, evidenciando uma necessidade de uma abordagem ecológica das políticas alimentares. Sugerem a necessidade de ampliação e continuidade de políticas já implementadas no país que se relacionam com a SAN, como: políticas de fortalecimento da agricultura familiar, ressaltando-se o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA; de distribuição de renda, como o PBF; de alimentação escolar, como o PNAE; de EAN; de acesso à água; e iniciativas de mulheres rurais. Vale destacar aqui o olhar interdisciplinar do guia alimentar brasileiro.

As redes agroalimentares alternativas ao promoverem o desenvolvimento rural, a participação comunitária, o fortalecimento da agricultura familiar, a preservação do ambiente e ao contribuírem para a saúde individual, demonstram importantes implicações para as políticas sociais. Indicam, portanto, que políticas que promovam a aproximação de consumidores e produtores de alimentos podem contribuir com o desenvolvimento das economias locais, estimular o consumo sustentável e a “cidadania ecológica” (Seyfang, 2006), garantindo o acesso a alimentos “bons, limpos e justos” (Slow Food, 2013) a todos, contrapondo o modelo industrial da produção de alimentos imposto pela Revolução Verde décadas atrás. Adotar uma perspectiva ecológica das políticas de saúde pode ser uma saída importante para o Brasil assegurar a SAN, combater os problemas de saúde atuais, enfrentar as desigualdades no acesso aos alimentos, preservando os recursos naturais.



## Referências Bibliográficas

- Allen, J. E., Rossi, J., Woods, T. A., & Davis, A. F. (2017). Do Community Supported Agriculture programmes encourage change to food lifestyle behaviours and health outcomes? New evidence from shareholders. *International Journal of Agricultural Sustainability*, 15(1), 70-82 .
- Araujo, M. (2009). A contribuição da análise de redes sociais para a compreensão dos vínculos de apoio em saúde e nas mudanças de comportamento alimentar. *Dissertação de Mestrado do GRIDES - Grupo Interdisciplinar em Economia da Saúde da UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo*.
- Atkinson, M., & Williams, J. (1994). Farmers markets: breathing new life into old institutions. *Public Management*(76), 16-20.
- Augusto, L. G., Carneiro, F. F., Pignati, W. A., Rigotto, R. M., Friedrich, K., Faria, N. M., . . . Freitas, V. M. (2015). Saúde, ambiente e sustentabilidade. Em F. F. Carneiro, L. G. Augusto, R. M. Rigotto, K. Friedrich, & A. C. Búrigo, *Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde* (p. 624). Rio de Janeiro; São Paulo: EPSJV; Expressão Popular.
- Augusto, L. G., Carneiro, F. F., Pignati, W. A., Rigotto, R. M., Friedrich, K., Faria, N. M., . . . Freitas, V. M. (2015). Saúde, ambiente e sustentabilidade. Em *Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde* (p. 624). Rio de Janeiro; São Paulo: EPSJV; Expressão Popular.
- Baldwin, C., & King, R. (2018). *Social Sustainability, Climate Resilience and Community-Based Urban Development. What About the People?* New York: Routledge.
- Bauer, M. W., & Gaskell, G. (2002). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Bava, S. C. (2004). *Tecnologia Social e Desenvolvimento Local. Instituto Polis*.
- Bodim, O., Crona, B., & Enrton, H. (2006). Social Networks in Natural Resource Management: What is there to learn from a Structural Perspective. *Ecology and Society*, 11(2).
- Bombardi, L. M. (2017). *Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia*. São Paulo: FFLCH - USP.
- Borgatti, S. P., & Halgin, D. (2011). On Network Theory. *Organization Science*., 1-14.
- Brasil. (2006). Portaria Interministerial nº 1010, de 8 de maio de 2006.
- Brasil. (2012). *Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas*. Brasília: MDS - Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.
- Brasil. (2014). *Guia Alimentar da População Brasileira*. Brasília: Ministério da Saúde.
- Brasil. (2016). *Vigitel Brasil 2016 - Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças*

*crônicas por inquérito telefônico*. Brasília: Ministério da Saúde.

- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. (2014). *Guia alimentar para a população brasileira*. Brasília: Ministério da Saúde.
- Brunori, G. (2007). Local food and alternative food networks: a communication perspective. *Anthropology of Food*.
- Burity, V., Franceschini, T., Valente, F., Recine, E., Leao, M., & Carvalho, M. F. (2010). *Direito Humano à Alimentação Adequada no contexto da Segurança alimentar e Nutricional*. ABRANDH - Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos.
- Carneiro, F. F., Augusto, L. G., Rigotto, R. M., Friedrich, K., & (Org.), A. C. (2015). *Dossiê ABRASCO: Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde*. Rio de Janeiro e São Paulo: EPSJV e Expressão Popular.
- Carneiro, F. F., Pignati, W. A., Rigotto, R. M., Augusto, L. G., Pinheiro, A. R., Faria, N. M., . . . Mello, M. S. (2016). Segurança Alimentar e Nutricional e Saúde. Em F. F. Carneiro, L. G. Augusto, R. M. Rigotto, K. Friedrich, & A. C. Búrigo, *Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde* (p. 624). Rio de Janeiro; São Paulo.: EPSJV; Expressão Popular.
- Cassol, A., & Schneider, S. (2015). Produção e Consumo de alimentos: novas redes e atores . *Lua Nova*(95), 143-177.
- Castro, J. d. (1959). *A Geopolítica da Fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população no mundo* (5ª edição ed., Vol. 1). São Paulo: Editora Brasiliense.
- Cherni, J. (2014). environmental and health costs of economic globalization policies in Latin America. Em T. Fitzpatrick, *International Handbook on Social Policy and environment*. Massachusetts: Edward Elgar Publishing Limited.
- Cohen, N., Gearhart, S., & Garland, E. (2012). Community Supported Agriculture: A Commitment to a Healthier Diet. *Journal of Hunger and Environmental Nutrition*, 7(1), 20-37 .
- Comapanhia de Planejamento do Distrito Federal. (2016). *Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios do Distrito Federal – PDADDF – 2015*. Brasília.
- Comapanhia de Planejamento do Distrito Federal. (2018). *Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD-2018*. Brasília.
- Connelly, S., Markey, S., & Roseland, M. (2011). Bridging sustainability and the social economy: Achieving community transformation through local food initiatives. *Critical Social Policy*, 31(2).
- Cox, R., Holloway, L., Venn, L., Dowler, L., Hein, J. R., Kneafsey, M., & Tuomainen, H. (2008). Common ground? Motivations for participation in a community-supported agriculture scheme. *Local Environment*, 13(3), 203-218.
- Decreto nº 7.272 (2010) do Brasil. *Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com*

*vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutri.* Obtido de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7272.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7272.htm)

- Delgado, A. B., Triana, D. R., & Sayago, D. A. (2013). A contribuição das redes sociais na elaboração de políticas públicas participativas. *Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas: aproximando agendas e agentes*. Araraquara (SP): UNESP .
- DeMuth, S. (1993). Community Supported Agriculture (CSA) An Annotated Bibliography and Resource Guide. *National Agricultural Library, Agricultural Resesarch Service, U.S. Department of Agriculture*.
- DIEESE- Departamento Intersindical de Estatísticas e estudos socioeconômicos. (2019). Custo da cesta básica aumenta em 17 capitais.
- DuPuis, M. (2000). Not in my body: rbgh and rise of organik milk. *Agriculture and Human Values*, 17(3), 285-295.
- Ertmańska, K. (2015). Community Supported Agriculture (CSA) as a form of sustainable consumption. *Oeconomia*, 14(2).
- FAO. (1996). Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Ação da Cúpula Mundial da Alimentação.
- FAO. (2003). *Genero: la clave para el desarrollo sostenible y la seguridad alimentaria*. Roma.
- FAO. (2005). *Diretrizes Voluntárias - em apoio à realização progressiva do direito à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar nacional*. Roma: FAO.
- FAO, IFAD, & WFP. (2015). *The State of Food Insecurity in the World in 2015. Meeting the 2015 international hunger targets: taking stock uneven progress*. Roma: FAO.
- Fiocruz - Fundação Oswaldo Cruz. (2019). Obtido de <https://portal.fiocruz.br/fundacao>
- Fischler, C. (1988). Food, Self and Identity. *Social Science Information*, 27, 275-293.
- Fontanella, B. J., Luchesi, B. M., Saidel, M. G., Ricas, J., Turato, E. R., & Melo, D. G. (2011). Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. *Cad. Saúde Pública*, 27(2), 389-394.
- Goodman, D. (2002). Rethinking food production-consumption: integrative perspectives. *Sociologia Ruralis*, 40(4), 271-277.
- Goodman, D., DuPuis, E. M., & Goodman, M. K. (2012). *Alternative Food Networks Knowledge, practice, and politics*. NY: Routledge .
- Greenpeace. (2019). *Um governo com mais fome de veneno*. Obtido de Greenpeace Brasil: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/um-governo-com-fome-de-veneno/>
- Guivant, J. (2003). Os supermercados na oferta de alimentos orgânicos: apelando ao estilo de vida ego-trip. *Ambiente & Sociedade*, 5(2), 63-81.

- Hanna, P. (2012). Using internet technologies (such as Skype) as a research medium: a research note. *Qualitative Research*, 12(2), pp. 239–242.
- Heberlê, A. L., Sicoli, A. H., Silva, J. d., Borba, M. F., Balsadi, O. V., & Pereira, V. d. (2017). Agricultura familiar e pesquisa agropecuária: contribuições para uma agenda de futuro. Em G. C. Delgado, & S. M. Bergamasco, *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. (p. 470). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- Henderson, E. (2010). Community Supported Foods and Farming. *Urgenci Kobe Conference 2010*. Obtido de Urgenci: <https://urgenci.net/csa-history/>
- Henderson, E., & Van En, R. (2007). *Sharing the Harvest A Citizen's Guide to Community Supported Agriculture*. Chelsea Green Publishing.
- Hinrichs, C. (2000). Embeddedness and local food systems: notes on two types of direct agricultural market. *Journal of Rural Studies*, 16, 295-303.
- HLPE. (2017). *Nutrition and food systems. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security*. Committee on World Food Security. Rome: HLPE.
- Iacono, V. L., Symonds, P., & Brown, D. (2016). Skype as a Tool for Qualitative Research Interviews. *Cardiff Metropolitan University Sociological Research Online*, 21(2).
- Ibase - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. (2008). *Repercussões do Programa Bolsa Família na Segurança Alimentar e Nutricional das famílias beneficiadas*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE.
- IBGE. (2017). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017*. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento.
- IBGE. (2018). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua*.
- ISA - International Sociological Association. (2001). *International Sociological Association's (ISA) Code of Ethics*. Obtido em outubro de 2018, de ISA - International Sociological Association: <https://www.isa-sociology.org/en/about-isa/code-of-ethics>
- Janghorban, R., Roudsari, R. L., & Taghipour, A. (2014). Skype interviewing: The new generation of online synchronous interview in qualitative research. *International Journal of Qualitative Studies on Health and Well-being*, 9(1).
- Kaltsas, C. (2015). Harmony at the farm: rediscovering the "community" in Community Supported Agriculture. *Wm. & Mary L. Rev.*, 56.
- Kepple, A. (2014). *O Estado da Segurança Alimentar no Brasil: um retrato multidimensional*. FAO. Brasília: FAO.
- Kolondisky, J., & Pelch, L. (1997). Factors Influencing the Decision to Join a Community Supported (CSA) Farm. *Journal of Sustainable Agriculture*, 10, 129-141.

- Lang, T., Barling, D., & Caraher, M. (2001). Food, Social Policy and the Environment: Towards a New Model. *Social Policy & Administration*, 35(4), 538–558.
- Lang, T., Barling, D., & Caraher, M. (2009). *Food Pollicy: integrating health, environment & society*. Oxford: Oxford University Press.
- Lea, E., Phillips, J., Ward, M., & Worsley, A. (2006). Farmers' and Consumers' Beliefs About Community-Supported Agriculture in Australia: A Qualitative Study. *Ecology of Food and Nutrition*, 45(2), 61-86.
- Lei, nº11.346 (2006) do Brasil. *Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências*. Obtido de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm)
- Madeiro, C. (2018). *Governo não assenta famílias em 2017, e reforma agrária tem freio inédito no país... - Veja mais em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/03/06/governo-nao-assenta-familias-em-2017-e-reforma-agraria-tem-freio-inedito-no-pais.htm?cmpi>*. Obtido em março de 2019, de UOL: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/03/06/governo-nao-assenta-familias-em-2017-e-reforma-agraria-tem-freio-inedito-no-pais.htm>
- Marin, A., & Wellman, B. (2011). Social network analysis: an introduction. Em P. J. Carrington, & J. Scott, *The Sage Handbook of Social Network Analysis* (pp. 11-25). Londres: Sage.
- Mark, P. (2015). Community Supported Agriculture: A Model For the Farmer and the Community? Case Study. *The Future Economy Project*.
- Martins, H. H. (2004). Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educação e Pesquisa*, 30(2), 289-300.
- Méndez, C. D., & Benito, C. G. (2008). *Alimentación, consumo y salud*. Barcelona: Obra Social, Fundación La Caixa.
- Minaker, L. M., Raine, K. D., Fisher, P., Thompson, M. E., Loon, J. V., & Frank, L. D. (2014). Food Purchasing From Farmers' Markets and Community-Supported Agriculture Is Associated With Reduced Weight and Better Diets in a Population-Based Sample. *Journal of Hunger & Environmental Nutrition*, 9(4), 485-497.
- Newman, L. L., & Dale, A. (2005). Network structure, diversity, and proactive resilience building: a response to Tompkins and Adger. *Ecology and Society*, 1(10).
- O'Connor, D., Boyle, P., & Ilcan, S. (2017). Living with insecurity: Food security, resilience, and the World Food Programme (WFP). *Global Social Policy*, 17(1), 3–20.
- ONU, O. d. (2015). *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Obtido de <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>
- Paul, M., & Stephens, E. (março/abril de 2015). Community Supported Agriculture. A Chance to Revitalize Farming? *Dollars & Sense*, 9-10.

- Pollan, M. (2008). *Em defesa da comida: um manifesto*. Editora Intrínseca.
- Popkin, B. M. (2011). Agricultural policies, food and public health. *Embo Reports*, 11–18.
- Portilho, F., Castañeda, M., & Castro, I. R. (2010). A alimentação no contexto contemporâneo: consumo, ação política e sustentabilidade. *Ciência & Saúde Coletiva*.
- Putnam, R. (2000). *Bowling Alone. The collapse and revival of american Community*. Nova Iorque: Simon & Schuster.
- Regulamento n.º 834/2007 do Conselho Europeu, d. 2. (2007). *relativo à produção biológica e à rotulagem dos produtos biológicos e que revoga o Regulamento (CEE) n.º 2092/91*. Obtido de <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32007R0834>
- Rigotto, R. M., & et., a. (2015). Conhecimento científico e popular: construindo a Ecologia de Saberes. Em F. F. Carneiro, L. G. Augusto, R. M. Rigotto, K. Friedrich, & A. C. Búrigo, *Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde*. Rio de Janeiro; São Paulo: EPSJV; Expressão Popular.
- Schnabel, L., Kesse-Guyot, E., Allès, B., & al., e. (2019). Association Between Ultraprocessed Food Consumption and Risk of Mortality Among Middle-aged Adults in France. *JAMA Intern Med*.
- Seyfang, G. (2006). Ecological citizenship and sustainable consumption: Examining local organic food networks. *Journal of Rural Studies*, 22(4), 383-395.
- Shi, Y., Cheng, C., Lei, P., Wen, T., & Merrifield, C. (2011). Safe food, green food, good food: Chinese Community Supported Agriculture and the rising middle class . *International Journal of Agricultural Sustainability*, 9(4), 551-558.
- Slow Food. (2013). *Slow Food's Contribution to the debate on the sustainability of the food system*. Slow Food.
- Soriano, R. (2018). *"Dados da Reforma Agrária no governo Temer são mais que falha. É um projeto de aniquilamento"*. Obtido em março de 2019, de MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: <http://www.mst.org.br/2018/03/07/dados-da-reforma-agraria-no-governo-temer-representam-mais-que-falha-e-um-projeto-de-aniquilamento.html>
- Spicker, P. (2000). *The Welfare State: a general theory* . Sage Publications.
- Sumner, J., Mair, H., & Nelson, E. (2010). Putting the culture back into agriculture: civic engagement, community and the celebration of local food. *International Journal of Agricultural Sustainability*, 8(1), 54-61 .
- Tegtmeier, E., & Duffy, M. (2005). *Community Supported Agriculture (CSA) in the Ecolabel Midwest United States: A regional characterization Value Assessment*. Iowa: Leopold Center for Sustainable Agriculture.
- Tompkins, E. L., & Adger, W. N. (2004). Does adaptive management of natural resources enhance resilience to climatic change? *Ecology and Society*, 2(9).

- Truninger, M. (2010). *O campo vem à cidade: agricultura biológica, mercado e consumo sustentável*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais.
- USDA - United States Department of Agriculture. (2015). *Local Food Marketing Practices Survey*.
- WHO. (2000). *Obesity: preventing and managing the global epidemic. Report a WHO Consultation on Obesity*. Geneva: World Health Organization.
- WHO. (2003). *Diet, nutrition and the prevention chronic diseases*. Geneva: World Health Organization.
- WHO. (2014). *Global status report on noncommunicable diseases 2014*. . Geneva: World Health Organization .
- Woolcock, M., & Narayan, D. (2000). Social capital: implications for development theory, research and policy. *World Bank Research Observer*, 15(2), 225-249.

## Anexos

### Anexo 1. Guião de Entrevista

**Pergunta de partida:** quais são as motivações dos consumidores ao participarem das CSAs e as implicações dessa participação para a política social no Brasil?

**Objetivo central:** identificar as principais motivações dos consumidores ao participarem de redes agroalimentares alternativas, especificamente as CSAs, em Brasília/DF/Brasil e compreender as implicações dessa participação para as políticas sociais no país.

**Objetivos específicos:**

1. analisar o caráter de movimento social e o papel de governança das CSAs;
2. identificar suas contribuições para a promoção de sistemas alimentares saudáveis e para a SAN;
3. compreender o impacto dessas comunidades para o desenvolvimento sustentável.

### Introdução

1. Agradecimentos pela participação;
2. Permissão para gravar áudio e vídeo;
3. Declaração da confidencialidade da fonte;
4. Apresentação pesquisador, pesquisa e Universidade.

### Bloco 1 – Perfil do Coagricultor

1.1 Nome; idade; sexo, escolaridade/formação; composição familiar/divisão da cesta; onde mora?; onde trabalha? Qual CSA participa? Qual o valor da cota mensal? Há quanto tempo participa? [*Caracterização da amostra*]

1.2 Poderia me dizer como conheceu o modelo da CSA?



- 1.3 O que a CSA representa para você?
- 1.4 O que significa conhecer seu agricultor?
- 1.5 Fale-me sobre sobre a interação no ponto de convivência.
- 1.6 Como funciona sua CSA, quais são os acordos firmados? (Ex. tempo de fidelização).

## **Bloco 2 – Motivações do Coagricultor**

2.1 Por que decidiu participar de uma CSA? Fale-me sobre as suas principais motivações ao decidir participar da CSA. [*motivações*]

Exemplos perguntas instigadoras:

- E por que você considera essas questões importantes?
- Por que é importante comer alimentos orgânicos e saber sobre sua procedência?

2.2 A CSA influenciou mudanças na sua vida/hábitos? Quais? [*Implicações Políticas Sociais; comportamento de consumo; Promoção de Sistemas alimentares saudáveis e da SAN*]

Exemplos perguntas instigadoras:

- Você se sente mais empoderado? (ex. para participar ativamente da comunidade e das questões ligadas a políticas alimentares)
- A CSA te tornou mais preocupado com as questões ligadas à alimentação?

## **Bloco 3 – Implicações para Política Social**

3.1 Qual a diferença entre consumir alimentos na CSA ou da maneira convencional como a maioria das pessoas acessa os alimentos atualmente? [*movimento social; resistência*].

3.2 Como você avalia a maneira como a maioria das pessoas acessa os alimentos atualmente? [*movimento social, resistência*].

Exemplos perguntas instigadoras:

- Você confia na forma convencional como os alimentos são produzidos, distribuídos e acessados?

3.3 Você acredita que a CSA pode incentivar uma mudança na forma convencional como se produz e acessa alimentos atualmente? Como? [*Promoção de Sistemas alimentares saudáveis e da SAN, Implicações Políticas Sociais, Movimento social*].

3.4 Na sua opinião, o Estado possui papel em promover as CSAs? [*Implicações Políticas Sociais*]

3.5 Como a CSA contribui para o seu bem-estar e para o da comunidade? [*Implicações Políticas Sociais, Transformação social*]

Exemplos perguntas instigadoras:

- O papel de transformação social da CSA: Na sua opinião, quais são as principais mudanças que a CSA pode trazer a sociedade?

### **Encerramento**

1. Você possui alguma crítica/insatisfação ao modelo?
2. Há algo que não discutimos que gostaria de salientar?
3. O que achou da realização da entrevista on-line?
4. Agradecimentos;
5. Reafirmação da garantia de anonimato;
6. Explicar como a informação será usada e quais os resultados pretendidos.